

NESTE NÚMERO:



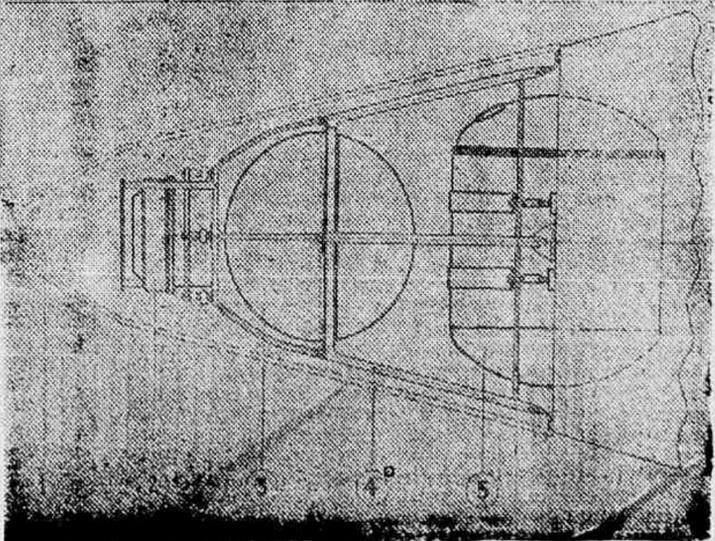
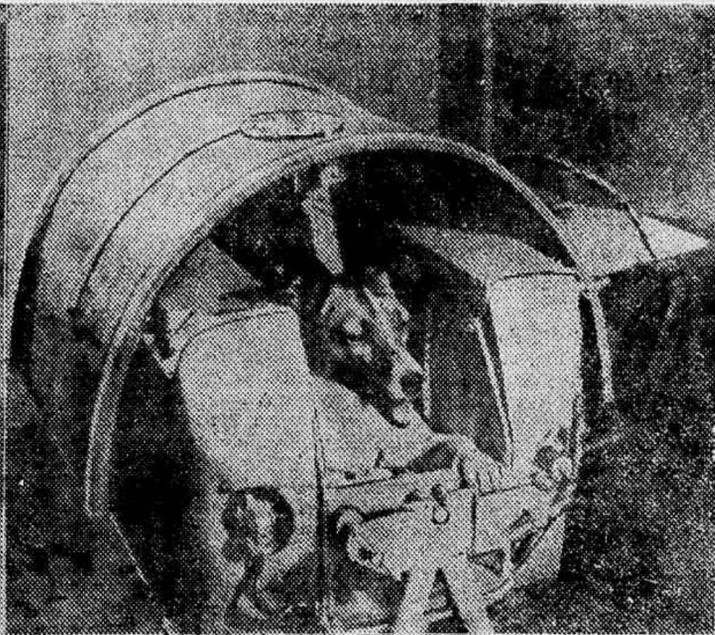
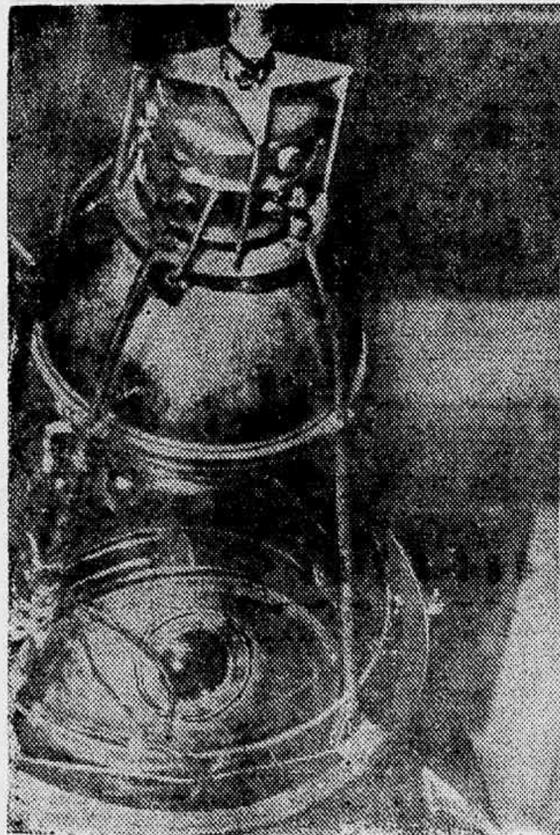
- A DECISÃO DO SUPREMO E A DEMOCRACIA EM ALAGOAS
- AOS BOLIVIANOS CABE DECIDIR SOBRE O SEU PETRÓLEO
- A SIGNIFICAÇÃO DA ALIANÇA NACIONAL LIBERTADORA.
- BRASÍLIA, TRÊS MARIAS E FURNAS SERÃO CONSTRUÍDAS POR CONSÓRCIOS DOS ESTADOS UNIDOS
- A CIÊNCIA E AS ARTES — ENTREVISTA DE KUO-MO-JO, PRESIDENTE DA ACADEMIA DE CIÊNCIAS DA CHINA
- RESPOSTA A HOWARD FAST — ARTIGO DE PHILIP BONOSKY
- O V CONGRESSO DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS
- POR MELHORES CONDIÇÕES DE VIDA PARA OS COLONOS — ARTIGO DE IRINEU FERREIRA

VOZ OPERÁRIA

N.º 442 ☆ RIO DE JANEIRO, 23 DE NOVEMBRO DE 1957 ☆



O interesse pela astronáutica, já tradicional na União Soviética, aumentou enormemente com o lançamento dos dois "sputniks" pela ciência do país do socialismo. As duas fotos foram feitas no Pavilhão da Ciência da Exposição Industrial, em Moscou. A direita, uma reprodução do primeiro "Sputnik". A esquerda, Tamara Borisova, engenheiro-guia, dá explicações ao público (Fotos Tass).



Ao alto, à esquerda, um detalhe do "Sputnik II", onde são vistos alguns equipamentos destinados a observações científicas. Ao alto, à direita, a cachorra "Laika", numa cabine que seria depois hermeticamente fechada e colocada no satélite. Em baixo, o esquema do "Sputnik II", com os seguintes detalhes: 1) cone protetor, que se desprende do engenho ao ser atingida a órbita do satélite; 2) um instrumento para pesquisas de radiações solares e de Raio-X; 3) um compartimento esférico com instrumentos transmissores de rádio; 4) a estrutura sobre a qual se apoiava o aparelho; 5) a cabine hermeticamente fechada, com a cadela. (Fotografia da Agência TASS)

Leia

Os Comunistas e a Legalidade Democrática

(Editorial, na 3.ª página)

Realizar as Obras, Mas Sem Aumento de Impostos

(Reportagem, na página central, sobre a mensagem 53 do prefeito Negrão de Lima)

A Triticultura Como Fator de Nossa Emancipação

(Reportagem de PEDRO MOTTA LLUMAS, na 12.ª página)

Balanço da Atividade Do Governo Húngaro

COMICIO EM BUDAPESTE EM HOMENAGEM AOS MARTIRES DA DEFESA DO SOCIALISMO

Tresentas mil pessoas reuniram-se em comício, a 31 de outubro, na Praça da República, em Budapeste, a fim de homenagear os mártires que tombaram, um ano atrás, na luta contra a tentativa de contra-revolução.

Dirigindo-se à multidão Giorgi Marosan, primeiro-escritário do Comité Municipal de Budapeste do Partido dos Trabalhadores Húngaros, declarou que o povo húngaro nunca mais permitirá que elementos contra-revolucionários internos levantem a cabeça, em colaboração com os inimigos externos. «Em caso de necessidade, defenderemos nosso regime popular com ferro e sangue». Declarou ainda que a Hungria não está sozinha, pois tem amigos fiéis nos povos dos outros países do campo socialista. Isto é que permitiu às massas cerrarem suas fileiras e defender o regime popular. «Seremos eternamente gratos à União Soviética pela ajuda que deu às forças socialistas da Hungria para esmagar a contra-revolução». «A luz da lua artificial da União Soviética brilha para nós, enquanto as sombras descem sobre os imperialistas».

Ao iniciar-se o comício, foi inaugurado um monumento aos mártires da luta contra os contra-revolucionários.

A 4 de novembro, o vice-primeiro ministro Ferenc Munnich publicou no «Nep

Szabadsag» importante artigo no qual faz um balanço da atividade do Governo Húngaro de Operários e Camponeses desde a sua constituição, verificada na mesma data, exatamente há um ano.

Munnich atribui os êxitos obtidos a dois fatores: 1) a firme determinação de reforçar a ditadura do proletariado e de suprimir efetivamente a contra-revolução; 2) a luta pelos direitos democráticos das massas trabalhadoras. Medidas importantes foram o desmascaramento dos slogans mistificadores, tais como «levantar nacionais», «luta pela liberdade», «comitês revolucionários», a dissolução do chamado «Conselho Operário Nacional». A chave da consolidação da democracia é a reorganização do Partido dos Trabalhadores Húngaros e a unidade alcançada pelos comunistas húngaros. Para desenvolver a democracia, o povo ampliou as funções e poderes dos órgãos administrativos locais. Os Conselhos Operários, que se haviam conduzido de modo a perderem seu prestígio, fo-

ram substituídos nas fábricas por Comités de Fábrica, dirigidos pelas organizações sindicais. Outras medidas foram tomadas para ampliar os direitos democráticos das massas trabalhadoras no campo. No terreno econômico, apesar das grandes dificuldades iniciais, já foram superados os danos provocados pela contra-revolução. O padrão de vida do povo subiu, e a inflação foi eliminada. O artigo de Munnich cita numerosos dados estatísticos sobre a produção industrial e agrícola, como comprovante dessa conclusão, e termina congratulando-se pela melhoria da situação entre os intelectuais que já se integram no trabalho nacional da construção do socialismo.

VELHOS BOLSCHEVIQUES VISITAM A POLÓNIA



No quadro das comemorações do 40º aniversário da Grande Revolução Socialista de Outubro, uma delegação soviética de antigos participantes da Revolução de Outubro realizou uma visita a Varsóvia. O clichê acima mostra um flagrante do encontro da delegação com os dirigentes do Partido Operário Unificado Polonês. Da esquerda para a direita: M. J. Gubelman, prof. M. B. Mitin, membro do C.C. do P.C.U.S. e chefe da delegação, O. A. Bielova, Alexandre, Zawadzky, presidente do Conselho de Estado da Polónia e membro do bureau político do POUP, e A. J. Bieleniok.

Justa Decisão da Cruz Vermelha Internacional

MANOBRAS DA DELEGAÇÃO AMERICANA COM O OBJETIVO DE QUEBRAR A UNIDADE — A ÍNDIA ADVERTIU QUE LUTARÁ CONTRA A DECISÃO QUE RECONHECEU A DELEGAÇÃO DE CHIANG KAI CHEK COMO REPRESENTANTES DA CHINA

Reunida em Nova Delhi, a Comissão Jurídica Humanitária Internacional da Conferência da Cruz Vermelha aprovou uma resolução sobre a reunião das famílias dispersadas. A proposta partiu da delegação canadense, e foi imediatamente apoiada pelos delegados da Hungria, da União Soviética, da Bulgária, da República Democrática Alemã, da Índia, do Egito e da Austrália. Apesar da oposição dos Estados Unidos, da França, da Itália e das Filipinas, a resolução foi aprovada por grande maioria, pois obteve 27 votos, na comissão.

O delegado húngaro, em seu discurso, referiu-se a situação das crianças húngaras

separadas de suas famílias. Essas crianças, que deixaram seus lares durante os acontecimentos de outubro de 1956, em consequência de uma propaganda mentirosa, estão agora sendo vítimas de constrangimentos e até de maus tratos, longe de seus pais e de sua pátria.

Foi cinco dias após essa importante decisão da Comissão Jurídica da Cruz Vermelha que os Estados Unidos, através de manobras escusas, conseguiram, por 62 votos a favor, 41 contra e 16 abstenções, introduzir na organização a delegação do governo títere de Chiang Kai Chek como representação da «República da China». Como se sabe, a República Popular da China já ocupava tradicionalmente o posto a que tem direito na Cruz Vermelha Internacional, e a manobra norte-americana provocou veementes protestos, inclusive da delegação da Índia, que a considerou «uma grave descortesia para com a Cruz Vermelha Indiana». Ao dar entrada no recinto a delegação de Chiang Kai Chek, as delegações da União Soviética, da China,

e dos demais países socialistas, e as delegações da Indonésia, do Egito e da Síria se retiraram da sala, em sinal de protesto, enquanto o chefe da delegação da Índia advertiu que continuaria lutando contra essa decisão ilegal.

A manobra norte-americana teve assim como objetivo tentar quebrar a unidade da Cruz Vermelha Internacional e impedir que essa organização adote medidas progressistas como a recomendada pela Comissão Jurídica.



Coexistência Pacífica e Colaboração Entre os Povos

TEXTO DA RESOLUÇÃO GERAL APROVADA PELO BIRÓ DO CONSELHO MUNDIAL DA PAZ, EM ESTOCOLMO

RESOLUÇÃO GERAL

«Não obstante a crescente repulsa dos povos, a política de força acentua suas consequências nefastas no mundo: mantém a ansiedade do mundo em face da recusa em atemorper as experiências com armas cada vez mais devastadoras; estimula a política colonialista e de violências contra os povos, impedindo que esses povos exerçam seu direito de livre determinação e permitindo a ingerência nos assuntos internos dos países; reforça a existência dos blocos militares e agrava a divisão do mundo.

O Bureau do Conselho Mundial da Paz, reunido em Estocolmo em 28 de outubro de 1957, apoiando-se nos constantes princípios defendidos pelo Movimento da Paz, convida todas as forças pacíficas para, com sua vigilância e ação, salvar o mundo deste perigoso caminho.

No Oriente-Médio, a Síria acha-se ameaçada por uma intervenção militar como aquela de que foi vítima o Egito e poderia transformar-se em guerra mundial, partindo-se de incidentes provocados. Os atentados à soberania e à independência das nações dessa região devem cessar imediatamente. Impõe-se a suspensão, controlada pela O.N.U., do fornecimento de armas a esses países.

Na África e em outras regiões, as aspirações à independência e ao direito de livre determinação dos povos coloniais devem ser satisfeitas. A França deve tomar medidas urgentes que ponham fim à guerra na Argélia e permitam a abertura de negociações para resolver os problemas que derivam do desenvolvimento histórico, em benefício dos verdadeiros interesses dos povos algeriano e franceses. Os direitos soberanos de cada nação de-

(CONCLUI NA PÁG. 9)

Crônica Internacional

A Crise na OTAN

A DECISÃO anglo-norte-americana de fornecer armas à Tunísia provocou aguda crise no bloco do Tratado do Atlântico Norte. A delegação francesa à Conferência Parlamentar dos países da OTAN retirou-se do conclave, como protesto. O ministro do exterior Christian Pineau dirigiu-se apressadamente a Washington, a fim de interpellar o secretário de Estado Foster Dulles. Ao mesmo tempo os círculos oficiais da Inglaterra e dos Estados Unidos procuram deixar claro que a decisão sobre o envio de armas à Tunísia já é fato consumado e que qualquer acordo com a França deverá levar em conta essa realidade. As declarações de Selwyn Lloyd na sessão de 18 do corrente da Câmara dos Comuns não deixam a menor dúvida a esse respeito.

O pretexto invocado oficialmente para o fornecimento de armas inglesas e norte-americanas ao governo da Tunísia consistiria em evitar que esta nação soberana tentasse adquirir armamentos na União Soviética, ou obtê-los do governo egípcio. O que está por trás de tudo, no entanto, segundo o próprio testemunho de fontes ligadas aos círculos oficiais franceses, é a tentativa dos imperialistas norte-americanos, agora apoiados pelos ingleses, de substituírem a França na dominação da África do Norte. A descoberta de imensas áreas potencialmente petrolíferas no Sahara veio aumentar ainda mais o apetite dos monopólios norte-americanos, já anteriormente interessados, desde o término da última guerra mundial, em outras riquezas minerais da região. Os emissários de Washington vêm ensaiando, nos últimos anos, uma política sistemática de envolvimento e corrupção na Tunísia e no Marrocos, procurando assim transformar a conquista da independência política por parte dessas antigas colônias francesas em dependência econômica, através da penetração das firmas anglo-americanas.

A reação violenta do governo francês está ligada ao problema da Argélia. A solidariedade árabe e a consequente pressão das massas populares tunisianas sobre o governo Bourguiba têm impellido este último a uma política de crescente solidariedade ao povo argelino, em sua luta de libertação nacional. Tudo indica mesmo que essa solidariedade não é apenas moral ou humanitária, e que tem frequentemente assumido o caráter de ajuda material de grupos populares tunisianos aos guerrilheiros argelinos. O governo francês tem se recusado por esse motivo a fornecer armas à Tunísia, que, como nação soberana, deseja adquiri-las para a sua defesa. Agora, com a decisão anglo-norte-americana, — alega o governo de Paris —, a Tunísia ficaria em condições de prestar ajuda mais efetiva aos revolucionários da Argélia, contra o exército colonial francês.

A crise na OTAN veio trazer mais uma vez à tona as profundas contradições no interior desse bloco militar agressivo. Não conseguem os imperialistas ingleses, franceses e norte-americanos superar essas contradições, que tendem a aguçar-se cada vez mais, à medida que se intensifica a desagregação do sistema colonial e que crescem em todo o mundo as forças do socialismo e da paz. Além disso, a crise na OTAN reflete a gravidade da situação interna da França, cujas classes dominantes insistem na política suicida de não querer reconhecer o chamado «fato argelino», isto é, a existência da nação argelina e a impossibilidade de continuar a dominá-la por mais tempo, numa vã tentativa de manter um colonialismo caduco. A crise na OTAN terá assim consequências importantes e talvez mesmo decisivas, sobre a política interna da França, cuja única saída, como mostra o P.C. Francês, seria a constituição de um governo de esquerda, que passasse fim à guerra da Argélia, como primeiro passo para modificações mais profundas.

COMEMORAÇÃO DO GRANDE OUTUBRO NA INDONÉSIA

Promovido pelo Instituto de Relações Culturais Indonésia-União Soviética, realizou-se em Djakarta a 6 de novembro, uma recepção em homenagem ao 40º aniversário da Revolução de Outubro. Entre as 3.000 pessoas presentes encontravam-se o Ministro da Educação, sr. Prijono, o Major General Suryadarma, chefe do Estado Maior do Exército, membros do Parlamento, e o secretário-geral do Partido Comunista da Indonésia, D. N. Aidit. Estavam também presentes embaixadores de vários países. O Ministro da Educação, Prijono, em seu discurso disse que a Revolução de Outubro deu início a uma mudança sem precedentes na história humana. Possibilitou aos povos oprimidos tornarem-se senhores de si próprios, e a construírem uma sociedade justa e próspera. A Revolução de Outubro inspirou todo o mundo, especialmente as nações escravizadas da Ásia em sua luta pela independência. Declarou que a amizade entre a Indonésia e a União Soviética deve ser ainda mais reforçada. O encarregado de negócios da U.R.S.S., Kuznetsov, falou sobre as realizações da União Soviética em vários terrenos, e agradeceu à associação pela iniciativa da comemoração. Depois dos discursos foram executadas danças clássicas indonésias.

Os Comunistas e a Legalidade Democrática

OS ADVOGADOS de Luiz Carlos Prestes apresentaram ao juiz da 3ª Vara uma petição em que solicitam a revogação da prisão preventiva decretada contra Prestes. Na mesma petição, afirmam os advogados que, uma vez revogada a prisão preventiva, Luiz Carlos Prestes se apresentará à Justiça para se defender das acusações, que lhe são movidas no processo, que corre naquela vara.

ESSA atitude de Prestes, expressa bem o empenho dos comunistas pelo fortalecimento da legalidade democrática. A prisão preventiva decretada contra Prestes é que se choca contra a legalidade, inclusive contra jurisprudência já firmada pelo Supremo Tribunal Federal.

OS COMUNISTAS não temem defender-se de quaisquer acusações perante os tribunais, ainda mais quando se trata de acusações de origem notoriamente policial, forjadas numa conjuntura em que prevaleceram em nosso país certas tendências reacionárias. Os comunistas sempre compareceram espontaneamente aos tribunais, em tantos processos contra eles montados, desde que existissem garantias aos seus direitos civis, sem discriminações anticonstitucionais.

A ATUAÇÃO dos comunistas pelo reforço da legalidade democrática não se expressa somente na atitude de Prestes, através dos seus advogados, nem da apresentação recente à Justiça de outros comunistas, por motivo do mesmo processo. Essa atuação assumiu forma concreta no pleito eleitoral de 1955, quando os comunistas deram a sua contribuição à eleição dos atuais presidente e vice-presidente da República. A 11 de novembro, os comunistas estiveram entre os defensores da legalidade, apoiando o movimento militar, que assegurou a posse dos eleitos.

OS FATOS, nestes últimos anos, demonstram que o rompimento da

legalidade constitucional tem partido sempre do golpe entreguista, dos setores mais reacionários ligados ao imperialismo norte-americano. São os Carlos Lacerda, Eduardo Gomes e Pena Boto os constantes maquinadores de conspirações e de soluções contrárias à legalidade constitucional.

OS COMUNISTAS não reclamam mais do que a cessação das discriminações anticonstitucionais. Desejam ser tratados em pé de igualdade com todos os demais cidadãos de outras filiações políticas e ideológicas. Os comunistas estão convencidos de que, nos marcos da Constituição, podem expor as suas idéias e atuar em prol da emancipação econômica e das liberdades democráticas. As soluções, que os comunistas apresentam para os problemas brasileiros, não são adotadas por outras correntes do movimento nacionalista e democrático. Mas isto não impede a sua unidade em torno de determinados objetivos comuns, entre os quais figura, precisamente, a defesa da legalidade democrática.

OS COMUNISTAS são patriotas conscientes e, nas condições atuais do Brasil e do mundo, confiam em que a solução imediata dos problemas brasileiros possa ser alcançada pacificamente. Confiam em que é possível conquistar, nos marcos da legalidade constitucional, um governo que realize, interna e externamente, uma política nacionalista e democrática.

A ATITUDE de Prestes diante da Justiça reflete bem essa posição, que vem sendo traduzida também nos fatos da política diária. A atuação legal de Prestes e de seus companheiros é um imperativo do ascenso democrático do país, apoiado por vastos setores da opinião pública e pelos líderes políticos das mais diversas correntes. É uma atitude que as grandes massas trabalhadoras e populares aplaudem com entusiasmo.

Significação da Aliança Nacional-Libertadora

NO DIA 27 próximo, transcorrerá mais um aniversário do levante nacional-libertador de 1935. Passados vinte e dois anos do fato, muitos daqueles que, na ocasião, não aprovaram as diretrizes e a iniciativa do levante, podem hoje julgá-lo com outro espírito, examinando a conjuntura política da época e o desenvolvimento dos fatos históricos posteriores.

Em 1935, o fascismo estava em pleno ascenso no mundo, particularmente na Europa. Hitler rearmava febrilmente a Alemanha e a Itália de Mussolini acabava de se apossar da Abissínia. Eram evidentes os preparativos para uma nova guerra mundial e isto pressionava sobre a situação política de todos os países.

O Brasil ainda não havia se reposto dos efeitos da crise econômica mundial, desencadeada em 1929 e só encerrada em 1933. As esperanças depositadas pelas massas no movimento liberal de 1930 não haviam se confirmado e lavrava o descontentamento desde as massas trabalhadoras até os meios burgueses. O integralismo — agência fascista brasileira — se expandia com o apoio do governo, difundindo as mais arrogantes ameaças. As potências fascistas — Alemanha, Itália e Japão — acentuavam sua penetração no país, inclusive nas forças armadas. Por outro lado, também se agravava a dominação imperialista procedente dos Estados Unidos e da Inglaterra.

A Aliança Nacional Libertadora foi a resposta dos patriotas e democratas mais radicalizados àquela situação, em que o fascismo interno e a dominação imperialista avançavam. Os comunistas se orgulham do papel destacado que tiveram na organização da A.N.L., ao lado de lutadores de várias outras tendências.

A A.N.L. alcançou rapidamente uma ampla ressonância entre as massas. A A.N.L. foi, em nossa História, o primeiro movimento político de massas de caráter organizado, que se apresentava com uma plataforma abertamente anti-imperialista. Este é um mérito histórico que lhe cabe e que hoje, quando a consciência antiimperialista do povo brasileiro já fez tão notável progresso, não só os comunistas, como todos os nacionalis-

tas podem devidamente apreciar. Apesar dos erros graves que foram cometidos em sua direção — erros de caráter setorial e golpista —, é indiscutível que a A.N.L. deu uma grande contribuição à formação de um movimento antilibertador em nossa Pátria.

A A.N.L. teve poucos meses de vida legal. Arbitrariamente fechada pelo governo de Vargas, a A.N.L. se encaminhou para a luta insurrecional, deflagrada, com precipitação, a 24 de novembro, em Natal, e a 27, no Rio.

A análise histórica, à medida que se aprofunda, revela os erros da A.N.L. Mas, ao mesmo tempo, confirma o profundo patriotismo que a inspirou, a contribuição positiva que deixou e o valor da sua experiência para as lutas posteriores do povo brasileiro.

Derrotada a A.N.L., a onda da reação não encontrou mais comportas, e alegou o país a 10 de novembro de 1937. Comunistas e não comunistas foram igualmente atingidos.

A História do Brasil, entre tanto, marchou depois de tal maneira, que Getúlio Vargas, o homem que em 1935, estava na crista da onda reacionária, viria, quase vinte anos depois, a sucumbir tragicamente, vítima de um complot ultra-reacionário de genuína inspiração imperialista.

As condições no plano internacional, como no interior do Brasil, são hoje muito diferentes daquelas que havia em 1935. Se, no plano internacional, o poderio do imperialismo se reduziu enormemente, no plano nacional o movimento nacionalista é hoje uma realidade, que não existia em 1935. Por isto mesmo, a luta pela emancipação nacional e pelas liberdades democráticas pode ser realizada nos marcos da legalidade constitucional. Os aliancistas de 1935, entre os quais os comunistas, figuram hoje entre os defensores mais combativos dessa legalidade, que só ao golpe entreguista interessa romper.

O GENERAL LOTT E O DIREITO DE GREVE

“As greves são uma consequência do desajustamento entre as condições de vida dos operários e os recursos de que necessitam para continuar a viver no nível em que se acham. No momento em que são possíveis entendimentos com os patrões, os operários recorrem à Justiça do Trabalho; e quando não conseguem uma solução satisfatória às vezes recorrem à greve. Isto é um mal, porque a situação em que nos encontramos aconselha que todos os brasileiros concorram com sua atividade para a produção daquilo que a coletividade necessita. Uma interrupção do trabalho naturalmente é nociva, mas quando não há outro recurso, o operário tem que recorrer a esse meio para ver atendidas as suas aspirações.” Tais declarações foram feitas em Porto Alegre pelo general Lott a propósito das recentes greves dos operários paulistas e de outros Estados.

Trata-se, sem dúvida, de uma afirmação democrática do Ministro da Guerra que vai aos próprios fundamentos do direito de greve. Este é reconhecido pela Constituição mas na prática tem sido negado e contestado: graças à unidade crescente do movimento sindical não tem sido aplicado o decreto 9.070, que é considerado em vigor até que seja regulamentado o dispositivo constitucional.

Os operários sempre proclamaram, em todos os movimentos reivindicatórios, que não vão à greve pela greve mas que a ela são levados, ante a intransigência dos patrões, para manter o seu já baixo nível de vida em face do ininterrupto aumento dos preços.

Ao abordar os movimentos grevistas deste ponto de vista, da necessidade vital dos trabalhadores, coloca-se o general Lott na posição de todos os democratas que não somente proclamam o direito de greve mas apontam as suas inelutáveis causas sociais.

Fôrça é reconhecer que uma posição justa no caso não tem sido unanimemente assumida nos meios nacionalistas brasileiros. Algumas vozes, no nosso movimento nacionalista têm assumido um tom impositivo com relação aos bolivianos, invocando como argumento o Tratado de 1938, que o povo boliviano considera hoje inaceitável. Isto não deixa de favorecer a campanha de intrigas e a criação de um clima de tensão entre os dois países, que os trustes mundiais do petróleo estão procurando estimular. Esse tom impositivo é, precisamente agora, tanto mais condenável, porque a Petrobrás já foi posta à margem e todas as cogitações giram exclusivamente em torno de concessões a grupos privados (Capuava, inclusive), que os nacionalistas, quer brasileiros como bolivianos, não podem aceitar.

Uma posição consequente e correta dos nacionalistas brasileiros é tanto mais necessária, porque agentes dos trustes, vêm procurando explorar o sentimento nacional do povo boliviano, que ainda tem viva, com relação ao Brasil, a lembrança da injustiça sofrida com a perda do hoje Território do Acre, anexado ao nosso país faz meio século.

Os trustes vêm procurando atuar não só do lado do Brasil, como do lado da Bolívia. Já tendo conseguido grandes concessões petrolíferas naquele país, os trustes visam se apossar da área concedida em 1938 ao Brasil e ainda utilizar os incidentes como fonte de provocações.

Por isto mesmo, é com natural reserva que recebemos a notícia sobre a interferência brasileira num suposto movimento separatista na província boliviana de Santa Cruz de la Sierra. O governo Síles Suazo tem feito sucessivas concessões aos trustes e segue, no plano interno, uma orientação direitista. E' natural que se sinta inclinado a resolver suas dificuldades internas à custa de incidentes provocados. De qualquer modo, porém, o que cabe destacar com toda ênfase é que somente ao povo boliviano cabe decidir a respeito dos seus assuntos internos, inclusive a respeito do seu governo.

Quanto mais clara for a atitude do Brasil, abstendo-se de qualquer exigência com relação ao petróleo boliviano, tanto mais difícil será aos trustes enganar a opinião pública boliviana com provocações antifrancesas.

Aos Bolivianos Cabe Decidir Sobre o Seu Petróleo

Uma posição correta do Brasil é indispensável para evitar o clima de provocações, que os trustes vêm procurando criar entre os dois países

Acentuou-se ultimamente a exploração em torno do problema do petróleo boliviano, com a ocorrência de fatos que contribuem para um clima artificial de desentendimento entre o Brasil e o país vizinho.

Como é sabido, grupos privados brasileiros vêm pressionando no sentido de obter para si o direito de explorar determinados trechos da área petrolífera boliviana, com base num tratado brasileiro-boliviano de 1938.

A pressão desses grupos privados sobre o governo do país irmão é inteiramente injustificável. O tratado de 1938 foi concluído sem levar na devida conta os interesses bolivianos e, além disto, os nossos sucessivos governos deixaram de cumprir as suas cláusulas. Convém frisar, igualmente, que o tratado, concedendo ao Brasil os direitos sobre uma área petrolífera, nada tem a ver, do ponto de vista jurídico, com o tratado, que obriga a Bolívia a pagar certa quantia para compensar uma parte dos gastos, que fizemos com a construção de uma estrada-de-ferro. Esse pagamento, que é da ordem de um bilhão de cruzeiros, tem um prazo, que se extinguirá em 1974, e poderá ser feito em dinheiro ou em petróleo, porém, de modo algum, implica em concessões de áreas petrolíferas.

Agora todas essas considerações de ordem jurídica, as correntes nacionalistas brasileiras, opondo-se incondicionalmente à exploração do nosso próprio petróleo pelo capital

privado, não poderiam advogar tese contrária para o caso do petróleo boliviano. Ainda mais quando, entre os grupos privados que pleiteiam a concessão, figura o de Capuava, notoriamente ligado à Gulf Oil. Seria admissível, para a luta contra os trustes imperialistas, um acordo de colaboração com vantagens iguais entre a Petrobrás e a «Yacimientos Petrolíferos Fiscales de Bolívia». Mas esse mesmo acordo não pode ser imposto aos bolivianos. Assim como o nosso petróleo é nosso, o da Bolívia é dos bolivianos.

Os nacionalistas brasileiros não podem deixar de ser solidários com os seus irmãos bolivianos, que também lutam pela emancipação nacional. Esse sentimento de solidariedade deve se concretizar, agora, pelo menos nos seguintes pontos:

- 1º — Reconhecimento aos bolivianos do direito de resolverem sobre o seu petróleo com absoluta independência, não se justificando pressões ou reclamações de direitos por parte do governo ou de grupos brasileiros, uma vez que é insubsistente a validade do Tratado de 1938.**

- 2º — Oposição integral à penetração de grupos privados brasileiros na Bolívia a pretexto de aplicação do Tratado de 1938.**

- 3º — Considerar admissível, se isto for livremente aceito pelos bolivianos, um acordo entre a Petrobrás e a «Yacimientos Petrolíferos Fiscales de Bolívia», com vantagens recíprocas e no interesse da luta comum dos dois povos contra os trustes imperialistas. Embora a Petrobrás disponha de áreas suficientes e, do ponto de vista estritamente econômico, não tenha interesse no petróleo boliviano, um acordo daquela ordem se justificaria como ajuda ao povo boliviano e como um passo para fortalecer a solidariedade latino-americana contra os trustes internacionais, particularmente dos Estados Unidos.**

Resposta a Howard Fast A Ciência e as Artes

PHILLIP BONOSKY

(Escritor norte-americano)

Li o artigo em que Howard Fast atesta a falência de seus deuses, em circunstâncias, devo logo declarar extremamente desfavoráveis para ele.

A primeira circunstância é que eu acabava, naquela ocasião, uma extensa obra, na qual os comunistas — os comunistas americanos — têm importante papel. Para escrever esse livro, precisei, durante muito tempo, inclinar-me sobre o que os comunistas têm representado e ainda representam para este país, que é o nosso. Precisei de mais de três anos para escrevê-lo e, durante esse tempo, o mundo tem estado desassosegado. Durante todo esse tempo, minha tese foi severamente experimentada e, pela metade do livro, vi-me confrontado com um ponto de vista muito mais fundamental que o previsto quando eu começara o trabalho, em consequência de brutal interposição de acontecimentos como os da Hungria e as revelações de Kruschiov.

Minha conclusão deveria sofrer, antes de tudo, uma prova artística. Os comunistas que conheci e os acontecimentos que presenciéi prestaram-se à verdade artística? Não me cabe dizer se fui bem sucedido ou não. Tu do o que posso dizer é que não tive de vencer obstáculos subjetivos; não tive de mentir a mim mesmo; meu problema, como artista, consistia em investigar profundamente; e, francamente, nesse sentido, sou mesmo reconhecido aos acontecimentos pela dura prova a que fui submetido.

Qual é, pois, após haver, como artista, refletido profundamente, minha conclusão sobre os comunistas na América e seu futuro? Minha conclusão é que os comunistas escreveram uma página gloriosa e única da história americana; e que, depois de ter assimilado e refeito sua própria perspectiva, sob os golpes conjugados da perseguição e dos acontecimentos históricos, eles serão ouvidos por todo o povo americano, principalmente pelos mais oprimidos, os trabalhadores e seus aliados. Isto é e será sempre um tema épico que nenhum artista pode recusar e cuja medida exata só pode

rá ser dada por seus riscos e perigos.

E qual é a segunda circunstância que me tornou ainda menos sensível ao relato feito por Howard Fast em seu Gethsemane de nove meses e que constitui mais um documento a acrescentar aos já bastante numerosos testemunhos de desespero, amargos e sem remissão e que tanto se assemelham ao grito do filho ao tomar conhecimento de uma verdade bem humana sobre sua mãe ou seu pai, até então respeitado, venerado e glorificado?

Esta segunda circunstância foi o suicídio de meu amigo Frank Balwood. Uma casualidade bastante absurda fez com que eu estivesse, justamente, preparando-me para ler a declaração de Howard Fast, quando um telefonema me informou do suicídio de Frank Balwood. Este, também, deixava uma declaração — muito curta, dizendo não mais poder suportar esta vida e que dela iria sair "pelo caminho mais fácil". — Enforcou-se com o próprio cinto. Todos os seus bens consistiam em uma conta de lavanderia por pagar e uma chave de armário. Em seu bolso foi encontrado um poema que ele havia escrito: "Dia de sonhos". Quem era, então, Frank Balwood? Um músico e compositor de talento que não conseguiu êxito nesta selva abjeta e impiedosa que passa por ser a civilização. Ele nem pôde esperar a saída da coletânea de suas obras, nem o banquete no qual eu deveria ler algumas palavras sobre sua pessoa. No dia em que se enforcou, ele passara a maior parte da tarde, tentando reunir suficiente coragem — suficiente pelo menos para matar seu orgulho — para pedir dinheiro emprestado. Ele passou horas encerrado em seu inferno pessoal, nesse dia, e finalmente, não trouxe, não pôde trazer seu último resto de orgulho, para pedir mais uma vez, para implorar esse último empréstimo que teria apagado o frágil sopro de orgulho que lhe restava.

Frank Balwood era um desses milhões de americanos que levam, aqui na América, uma vida de "desespero tranqüilo"; às vezes, eles

se matam; às vezes, eles se anulam, simplesmente, e se transformam em múmias humanas, privadas de qualquer esperança, com medo da mocidade, vivendo desesperadamente entre duas idades, temendo o veredito da velhice. Ninguém salvará esse ente, ninguém, salvo — digo-o conscientemente — os comunistas. Isto é, a classe operária da qual os comunistas são os porta-vozes, com aquela direção que eles, e só eles, podem dar com sabedoria e desinteresse, pois compreendes dar essa perspectiva e é a coisa mais preciosa que podem oferecer à humanidade de sofrimento. Pois só eles sabem que o capitalismo, esse sistema de assassinato quotidiano do homem, e não somente de seu corpo, mas também de sua alma, pode ser e será substituído por um sistema verdadeiramente humano: o socialismo. E eles sabem também que, nesse processo, precisarão descer aos infernos, misturar-se à lama, partilhar o pão com monstros, respirar a podridão; e que nada no mundo lhes garante que eles consigam sair totalmente do negrume e da lama sem se macularem também. Aquêles mesmos que caem porque não puderam resistir à corrupção são heróis decalados e não se deve desprezá-los completamente e os atormentar. Os verdadeiros combatentes do socialismo conhecem a vida real e sabem que a essência do capitalismo é a própria barbárie, qualquer que seja o aspecto que tome; por conseguinte, eles sabem que a luta nunca será fácil, amável, nem garantida por palavras, sentimentos nobres, livros, ou a fidelidade chela de restrições dos que fazem profissão de moralista, não será garantida por coisa alguma — a não ser sua própria luta e seu próprio sacrifício. Eles sabem também que os próprios "grandes homens", mesmo sendo realmente tudo o que Joseph Stalin parecia ser, só lhes podem garantir o que eles mesmos podem fazer.

Esse poderia ser o caso pessoal de Howard Fast; que ele se tivesse tornado comunista e depois tivesse resolvido não mais o ser. Mas nem o público, nem o próprio Howard Fast assim o julgaram. Howard Fast anunciou sua defeção em condições muito estranhas e perturbadoras. Primeiramente, ele se demitiu antes do Congresso do Partido ao qual ele pertencia, cujos regulamentos ele subscrevia e ao qual tinha o direito absoluto de tentar influenciar ou modificar a linha política. Ele preferiu não tentar; e isto faz, justamente, pensar em uma pergunta: Ter-se-ia Fast demitido por temer que o Congresso não operasse nenhuma mudança, ou — e isto é muito importante — por que ele temia que o Congresso operasse mudanças?

O segundo ponto é: o anúncio de sua defeção apareceu, primeiramente, no "New York Times", que sistematicamente tem boicotado suas obras, e com a assinatura de Harry Schwartz, um anticomunista de longa data, com um talento notório em tornar negro o que é branco, e branco o que é negro, sempre que se trata de fatos concernentes ao movimento progressista, aqui ou no exterior — e que, justamente, viu no gesto de Fast

(COUCLUI NA 11ª PÁG.)

Nota da Redação — Quando os círculos literários e acadêmicos chineses adotaram o princípio «deixem florescer flores de muitas espécies e competir diversas escolas de pensamento», isto despertou intenso interesse no estrangeiro. Begomil Nonev, redator-chefe da revista búlgara, «Nasha Rodina» (Nossa Pátria), fez uma série de perguntas a Kuo Mo-jo, Presidente da Academia Chinesa de Ciências. Eis aqui as respostas de Kuo Mo-jo ao questionário de Nonev.

P. — Diga-me o que o levou a pedir ao Camarada Lu Ting-yi que pronunciasse aquele discurso? Refiro-me ao discurso intitulado: «Deixem Florescer as Flores de Várias Espécies e Competir Diversas Escolas de Pensamento!», pronunciado a pedido seu a 26 de maio de 1956.

R. — Precisamos da ciência e da tecnologia para a construção nacional. As pessoas em sua vida diária necessitam de mais alimento para suas mentes. Mas graças aos desvios praticados na execução de nossa linha política, havia tendências doutrinárias e formalistas, que afetaram nocivamente o progresso na ciência, na literatura e nas artes. Por isso pensei que seria bom que o Partido expusesse seus pontos de vista sobre qual devia ser a orientação e os princípios empregados a fim de que as coisas voltassem a normalizar-se, e para afastar a desconfiança do povo. Isso ajudaria o florescimento de nossa ciência e artes. Por isso pedi ao Camarada Lu Ting-yi que falasse sobre o assunto.

P. — Pode dar exemplos da necessidade dessa máxima «deixem que floresçam flores de muitas espécies e que compitam diversas escolas de pensamento»? Pode dizer-me, também, qual o avanço que esperam obter, em futuro próximo, na literatura, ciência e arte?

R. — Nas artes são típicos os casos seguintes. Foram proibidas muitas óperas locais tradicionais. Algumas autoridades eram tão arbitrarias nesse respeito, que houve um lugar onde permitiram a encenação de apenas duas óperas locais! Inevitavelmente, nossa ópera local sofreu muito e muitas pessoas nessa profissão tiveram dificuldade em se manter. A pintura tradicional chinesa foi também menosprezada, a tal ponto que muitos pintores ficaram praticamente privados de seu ganha-pão.

Na ciência e tecnologia, são típicos os seguintes casos. A medicina tradicional chinesa foi rotulada como «feudal» e muitos sofreram duros golpes. As coisas aprendidas da União Soviética eram aplicadas às cegas. Numa certa época, ninguém podia criticar as teorias de Lysenko. Um biólogo realizou experiências e conseguiu obter uma espécie particular de trigo. Então as autoridades ordenaram que fosse arrancado o trigo por não ter o biólogo empregado os métodos de Lysenko!

Naturalmente, essas constantes restrições e interferências no campo da arte, literatura e ciência constituem uma grosseira violação da política estatal e um obstáculo ao progresso científico e técnico. Em tal situação, era absolutamente necessário que se expusesse, nos termos mais claros possíveis, o princípio «Deixem florescer as flores de várias espécies e competir diversas escolas de pensamento».

A política de «deixar florescer as flores de muitas espécies» foi posta em prática pela primeira vez pelo Partido Comunista e pelo Governo Popular após a libertação, com relação ao drama. Os resultados provaram ser essa política correta. Hoje em dia, o drama chinês está em pleno florescimento. Como esse princípio abrange, agora, também outros campos da arte, espero que estas venham também a florescer dentro em breve.

No campo da ciência, provavelmente isso demorará mais. Se, de agora em diante, deixarmos que diversas escolas de pensamento compitam de verdade, podemos esperar que, dentro dos próximos doze anos, ramos importantes da ciência e da tecnologia na China alcancem os melhores no mundo.

P. — Qual é, na sua opinião, a causa da estagnação mental na literatura, arte e ciência, a análise unilateral e a visão das coisas isoladamente, contra as quais Lênin nos advertiu uma vez? Qual é o meio apropriado de combatermos tais coisas?

R. — Essas coisas indesejáveis, contra as quais Lênin nos advertiu, acontecem porque as pessoas são subjetivas e doutrinárias, porque não compreendem o Marxismo-Leninismo, não o aplicam na vida real, não têm uma visão ampla da natureza das coisas, das leis do seu desenvolvimento e da maneira pela qual unem-se umas às outras.

Para eliminar essas coisas, precisamos dominar esse subjetivismo, esse doutrinário, devemos persuadir nossos artistas e cientistas a estudarem o Marxismo-Leninismo por sua própria vontade, a fim de que possam ver o significado do Marxismo-Leninismo, pouco a pouco, no curso de seu trabalho. Queremos que eles elevem seu nível ideológico, colocando-se em pé de igualdade com o povo, melhorando seus métodos de trabalho e, assim, pouco a pouco, elevando seu nível científico e técnico.

P. — De que maneira, na sua opinião, o método de fazer as coisas emitindo ordens afeta os problemas ideológicos? De que modo o «mandonismo» substitui a direção?

R. — A criação artística e a pesquisa científica são o resultado de pensamento voluntário, independente. O mandonismo impede que se pense independentemente e que se demonstre iniciativa. O resultado é que a atividade intelectual fica manietada; e, algumas vezes, a reação e o comportamento das pessoas é o oposto do que esperamos.

A direção correta dá ao povo a inspiração para fazer coisas, para fazer coisas por sua própria vontade, para tomar a iniciativa. Por exemplo, o cultivo do arroz. Podemos cultivar o arroz e fazer com que frutifique se tivermos suficiente estrume, água e sol e se a peste não o ataca. O mandonismo é, segundo um velho ditado chinês, «arrancar o arroz jovem para ajudá-lo a crescer». O broto desenterrado não cresce nunca; morre logo.

Quando existem muitas restrições, muita interferência e muitos empregos, quando não há nada que nos inspire para que tenhamos fazer algo, quando o pensamento independente é menosprezado, sabemos, então, que o mandonismo tomou o lugar da direção correta.

P. — Na sua opinião, quais as raízes do formalismo e do doutrinário na arte e na ciência?

R. — Surge em duas partes: entre os que se encontram por cima, e entre os que realmente lidam com a arte e com as pesquisas científicas.

A mudança na China foi enorme e drástica. A necessidade que tem nosso país de ciência e tecnologia é grande e urgente. Por isso, as pessoas que estão encarregadas da administração e da direção têm, às vezes, a tendência de fazer tudo às pressas e interferir demais. Suas intenções são boas, mas os resultados máus.

Nas artes e na ciência, as pessoas estavam muito apressadas procurando atender às necessidades e suas realizações refletiam muito pouco pensamento independente, maduro. Os máus resultados levam à maior impetuosidade.

As duas coisas atuam uma sobre a outra e o resultado é formalismo e doutrinário.

P. — Suponhamos que na realização da orientação de «deixem florescer as flores de várias espécies e competir diversas escolas de pensamento», desenvolvam-se na arte e na política tendências malignas. Quais as medidas que se propõem tomar para combatê-las?

R. — Essa orientação é apresentada numa época em que já possuímos uma ditadura democrática do povo. A condição a priori para que exista tal liberdade de pensamento e discussão é que a mesma esteja a serviço do povo. Isso não significa uma liberação ilimitada de assuntos. Não significa liberdade de escrever ou dizer coisas dirigidas contra nossa revolução. Acreditamos, portanto, que nenhuma tendência maligna de grande seriedade siga-se à aplicação dessa orientação. O povo sabe o que quer e o que não quer; e o estado tem suas leis. Essas coisas agirão como «desinfetantes».

Os intelectuais devem continuar sua educação e não devem desistir. Devem receber a inspiração para fazer as coisas e fazê-las voluntariamente, para aprender o que é o marxismo-leninismo aplicando-o às condições atuais, para aprender como servir ao povo e como trabalhar para a construção nacional. Então poderão fazer seu trabalho melhor.

Não há nada a temer das divergências de opinião dentro de discussões livres. As discussões posteriores, mais cedo ou mais tarde, levarão a uma opinião unânime. As diferenças de opinião não são nunca estáticas. Discutindo com outras pessoas, compreendemos mais profundamente um problema. Ninguém deseja uma uniformidade artificial.

Assim que é resolvido um problema surge logo outro. Assim que é resolvida uma divergência, surge logo outra. Este é um avanço dialético — um avanço que significa progresso cultural.

HOWARD FAST AFIRMA QUE O «TIMES» DETURPOU SUA DECLARAÇÃO

Sob o título acima, o "Daily Worker", de Nova York, em sua edição de 2 de setembro, publicou a seguinte notícia, que transcrevemos:

"Howard Fast, na última semana, acusou Harry Schwartz, do "New York Times", de tê-lo citado sem fidelidade, numa nota sobre um artigo escrito por Fast para futura publicação.

Interpelado pelo "Times" a respeito de uma declaração de John Gates, redator-chefe do "Daily Worker", que acusava Fast de "Levar água para o moinho dos defensores da Lei Smith", declarou Fast:

"Nego inteiramente não só a lenda de força e violência, como qualquer outra difamação fabricada, que tenha sido lançada contra o Partido Comunista".

Fast também afirmou que no artigo, que citou um "simpatizante" milionário dizendo que a revolução seria violenta, ele acrescenta: "Nunca ouvi um comunista falar em tais termos". Fast acusou Schwartz, o redator do "Times", de omitir este período e citá-lo fora do texto.

Schwartz também escreveu no "Times" que as observações de Gates sobre Fast foram preparadas para publicação no "Daily Worker". Na verdade, Schwartz pediu a Gates uma declaração, dada por Gates pelo telefone e depois publicada no "Daily Worker".

Encontros Fraternalis Entre o P.C. Italiano e o P.C. Tchecoslovaco

CONFIRMADA A GRANDE UTILIDADE DOS ENCONTROS ENTRE OS PARTIDOS COMUNISTAS E OPERÁRIOS A FIM DE REFORÇAR A UNIDADE DO MOVIMENTO COMUNISTA INTERNACIONAL

Esteve na Itália, em fins de outubro, uma delegação do Partido Comunista Tchecoslovaco, que manteve uma série de encontros com a delegação do Partido Comunista Italiano.

Participaram da delegação tcheca Vladimir Koucky, membro do Comitê Central e diretor do «Rude Pravo»; Pavol Majling, membro do Presidium do PC Eslovaco; Antonin Kreckl, secretário do Comitê do PCC da cidade de Praga; Pavol Tonnauser, secretário do Comitê do PCC da província de Banska Bystrica; Oldrich

Kardeka, vice-diretor da Seção Internacional do CC do PCC. Fizem parte da delegação do Partido Comunista Italiano Palmiro Togliatti, secretário geral do PCI; Luigi Longo, vice-secretário geral; Giorgio Amendola, Giancarlo Pajetta, Pietro Ingrao, Paolo Bufalini, Enrico Bonazzi, da Secretaria do Partido; Mauro Scocimarro, Presidente da Comissão de Contrôl, Arturo Colombi e Vello Speno, da direção do Partido.

A delegação do Partido Comunista Tcheco teve também encontros com as organizações comunistas de Nápoles, Florença, Bolonha, Modena, Reggio Emilia, Milão, Sesto S. Giovanni, Gênova, Sestri Ponente, visitou Casas do povo, Casas da juventude, cooperativas de assalariados agrícolas e outras organizações cooperativas e falou com numerosos militantes comunistas de base e operários.

Em Roma e outros centros a delegação tcheca teve também encontros cordiais com dirigentes e militantes do Partido Socialista Italiano.

Os encontros com as organizações do Partido Comunista Italiano permitiram o melhor conhecimento da política que é conduzida pelos dois partidos e dos problemas que enfrentam, pois foram trocadas informações sobre as grandes conquistas obtidas pelo povo tchecoslovaco na construção do

socialismo e a luta travada pelos operários italianos por uma renovação democrática e socialista na Itália.

As duas delegações, — escreve «L'Unità», órgão do PCI — sublinhando a concordância de opiniões sobre a ação comum a conduzir nalula-contra o imperialismo, pela paz, pela amizade entre todos os povos, pela vitória do socialismo, confirmaram ambas a grande utilidade dos encontros entre os partidos comunistas a fim de reforçar — através de troca de informações, do estudo das experiências recíprocas e a discussão franca — a unidade do movimento comunista internacional, sobre a base dos princípios do marxismo-leninismo e do internacionalismo proletário.

O balanço grandioso que a União Soviética, todo o campo do socialismo e os partidos comunistas e operários podem apresentar, neste quadragésimo aniversário da Revolução de Outubro, é a prova de que soube dar a humanidade a luta solidária dos partidos comunistas e das perspectivas novas que ela abriu — sobre a estrada aberta pela Revolução de Outubro — para a causa da emancipação dos povos.

A delegação do Partido Comunista Tchecoslovaco — informa ainda «L'Unità» — agradeceu os companheiros italianos pela amplitude e a fraternidade dos contactos que lhe foram propiciados e expressou a sua opinião positiva que recolheu de tais encontros sobre a força do Partido Comunista Italiano e suas organizações, sobre as suas profundas ligações com o povo, sua capacidade de se colocar à frente de um grande movimento unitário e de uma poderosa luta de massas

que conduz os operários italianos na estrada do socialismo, na fidelidade à causa do internacionalismo proletário e na aplicação coerente dos princípios do marxismo-leninismo à história, às tradições, às condições particulares da Itália.

Foram estudadas algumas medidas para reforçar ulteriormente os laços e contactos entre os dois partidos irmãos e para desenvolver a informação recíproca.

EM NOVA IGUAÇU QUEBRADO O MONOPÓLIO DA TELEFÔNICA DO GRUPO LIGHT

NOVA IGUAÇU (Do Correspondente) — A Câmara Municipal acaba de votar unanimemente, em votação final, o projeto que outorga à Companhia Telefônica Iguazuana, a concessão do serviço telefônico deste município.

Deste modo, chegou ao fim o monopólio que vinha mantendo a Companhia Telefônica Brasileira (grupo Light), contra os interesses dos habitantes, comércio e indústria deste município.

A nova concessionária se comprometeu a instalar, em curto prazo, 5.000 novos aparelhos, em substituição aos 451 aparelhos manuais da CTB. Serão imediatamente beneficiadas as cidades de Mesquita, Queimados, Belford Roxo, além de Nova Iguaçu.

A decisão da Câmara foi sem dúvida, uma importante e significativa vitória das forças nacionalistas de Nova Iguaçu.

Durante os debates e votação na Câmara Municipal, esteve presente a diretoria da Frente Nacionalista Iguazuana.

EM GREVE OS JORNALISTAS E GRÁFICOS...

(CONCLUSÃO DA PÁG. 9) ofereceu para fornecer refeições aos grevistas.

A GREVE NÃO TEM OBJETIVOS POLÍTICOS

Tentaram as empresas vencer a opinião pública de que a greve dos jornalistas era ilegal e que tinha objetivos políticos e subversivos. Mas os trabalhadores baianos responderam imediatamente a essas calúnias, já desmoralizadas, reforçando seu apoio à luta dos jornalistas.

Em comunicado público, assinado pelos presidentes do Sindicato dos Jornalistas Profissionais da Bahia e do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Gráficas de Salvador, diziam os grevistas:

“Para definir a origem e o sentido da nossa campanha, não será preciso mais do que acentuar que a esmagadora maioria dos jornalistas baianos — cerca de 90% — percebe o salário-mínimo regional

Eleito Antonin Novotny Presidente da Tchecoslováquia

Dados biográficos do novo presidente — Teleograma de Prestes ao Comitê Central do Partido Comunista Tchecoslovaco

A Assembléia Nacional da República da Tchecoslováquia elegeu, por unanimidade, o primeiro secretário do Partido Comunista, camarada Antonin Novotny, para o posto de Presidente da República.



Antonin Novotny

O camarada Novotny nasceu em 10 de dezembro de 1904, em Etnany, perto de Praga. Filho de um pedreiro, durante a sua mocidade trabalhou como operário e ingressou no Partido Comunista em 1921. Como delegado da região de Praga participou do VII Congresso da Internacional Comunista, em Moscou. Depois de Munique participou da atividade clandestina e em 1941 foi preso e deportado para o campo de Mauthausen.

Após a libertação, foi secretário do Comitê do Partido para a região de Praga. Eleito membro do Comitê Central em 1951, depois da supressão do cargo de secretário-geral foi eleito secretário do Comitê Central. Por ocasião da reforma de janeiro de 1953 tornou-se um dos nove vice-presidentes do Conselho. Depois da morte do camarada Gotwald, foi eleito primeiro secretário do Partido, cargo que ocupa até

hoje e que conservará cumulativamente com a Presidência da República.

TELEGRAMA DE PRESTES AO P. C. DA TCHECOSLOVAQUIA

O camarada Luiz Carlos Prestes, em nome dos comunistas brasileiros, enviou ao Comitê Central do Partido Comunista da Tchecoslováquia o seguinte telegrama:

«Recebam, querido camaradas, a expressão do profundo pesar do comunista brasileiro pelo falecimento do camarada Zapotocky grande líder da classe operária e do povo tchecoslovaco.

Luiz Carlos Prestes»

Defender a triticultura Nacional Como Fator de Nossa Emancipação

(CONCLUSÃO DA PAG. 12) câmbio de 45,0 por dólar, enquanto não bastamos totalmente ao nosso consumo. Os triticultores demonstram em seu VII Congresso a preocupação de que não se sacrifique o consumidor. O consumo per capita de pão no Brasil ainda é baixíssimo, de apenas 32 quilos por ano, muito inferior ao da Itália e da França, ao dos Estados Unidos, que é de 120 quilos. Permitir o encarecimento do pão, na conjuntura atual, seria privar o brasileiro desse fundamental alimento e assim diminuir ainda mais a capacidade aquisitiva de nosso mercado interno. Querem os triticultores uma margem de 20% de lucro. Em conversa com uma comissão de FEATRIGO, o ministro da Agricultura, Sr. Mário Meneghetti, admitiu como base o preço de 500,00 por saca, para dar aquele lucro. Mas defrontando o plenário do VII Congresso desautorou aquela comissão, atribuindo-lhe um falseamento da verdade. O preço então oferecido, bem como uma bonificação em adubos, não satisfizeram.

DENÚNCIA DO CONVÊNIO

Deixa-os apreensivos a vigência do convênio que o Sr. Juscelino Kubitschek firmou com os Estados Unidos, prevendo a importação de um milhão e oitocentas mil toneladas dos excedentes de trigo ianque. O decreto recente que o presidente da República determina a suspensão da importação de trigo até que a safra nacional seja colocada não tranquiliza os triticultores. A importação dos excedentes ianques, embora retardada, continuará a constituir uma ameaça para as safras vindouras. Exigiu o VII Congresso, ratificando o seu voto no congresso anterior, de Bagé, a imediata denúncia do maldado convênio norte-americano. A importação dos excedentes ianques, oferecidos a Brasil com 76% de financiamento, prazo de quarenta anos para pagamento, a um dólar que encarece o artigo tem o evidente objetivo de atuar em nosso mercado interno em forma de «dupping». Mantê-lo, seria pôr em risco a lavoura nacional, a dúvida sobre uma colocação segura no mercado desestimularia as inversões para o custeio da próxima safra. Seria, como no passado, uma nova derrota do trigo brasileiro em proveito do colonialismo.

CAMPANHA NACIONAL

Em defesa de nosso trigo os produtores apelam para o apoio de todos os brasileiros patriotas e progressistas. Esperam que uma verdadeira campanha nacional garanta a vitória do trinômio de nossa emancipação econômica: petróleo, aço e trigo.

Comentário Político

À DECISÃO DO SUPREMO E A DEMOCRACIA EM ALAGOAS

O Supremo Tribunal Federal, ao julgar o mandato de segurança impetrado pelo governador Muniz Falcão, adotou uma fórmula conciliatória, pelo voto de cinco de seus ministros contra três que concediam o mandato e dois outros que consideravam legítimo o «impachment» tal como deliberado pela maioria simples da Assembléia Legislativa de Alagoas.

Segundo se desprende dos votos vencedores, o governador continuará impedido de exercer o seu mandato, até que seja julgado pelo tribunal especial (cinco desembargadores e cinco deputados da Assembléia do Estado) das acusações constantes da denúncia. Para a constituição do tribunal, entretanto, os cinco deputados serão escolhidos por sorteio, tal como os desembargadores, e não por eleição da maioria da Assembléia.

Do ponto de vista prático, esta parte da decisão do Supremo Tribunal favorece o governador: se eleitos pela maioria da Assembléia os cinco deputados seriam todos da oposição e o resultado do julgamento estaria desde logo assegurado contra o sr. Muniz Falcão. Sendo certo que serão necessários dois terços

do tribunal especial para condenar o governador, é claro que será agora muito problemática a consumação do plano arquitetado pela eventual maioria comandada pelos udenistas. Isso porque estando divididos, por suas posições anteriores, tanto os desembargadores como os deputados, é provável que do sorteio resultem quatro juizes dispostos a defender a soberania do mandato popular conferido pelo povo alagoano, enquanto seriam necessários sete (dos dez que comporão o tribunal especial) para condenar o governador. Mas isto depende, afinal de contas, dos azares de um sorteio.

Prossegue, assim, a luta do povo alagoano, das forças mais democráticas e progressistas do Estado, em defesa do mandato do governador que derrotou no último pleito as forças retrógradas, do latifúndio e da usina, representadas pela camarilha liderada pelo udenista Arnon de Mello. Bem sabe o povo alagoano o que significou o governo anterior, com os cárceres cheios dos filhos da classe operária, sem liberdade sindical, de imprensa, de reunião, de associação, quando foram repetidos e mesmo su-

perados os crimes de governos anteriores, como o de Silvestre Pericles, igualmente baseados no cangaço, no latifúndio e na usina.

Muito dependerá da manifestação da vontade do povo alagoano, da mobilização de todas as forças progressistas, o resultado final dessa luta. Mas a posição dos deputados estaduais que se passaram para a oposição afim de participar do golpe liberticida deve servir de experiência para todo o movimento democrático ora em ascensão no país. Foi possível ao povo alagoano derrotar nas urnas os partidos tradicionais, que representam os resíduos feudais no Estado, na eleição para o cargo de governador. Mas a eleição dos deputados estaduais, que teriam de formar a base política de apoio ao governo, revelou a capacidade de manobra e de corrupção das forças retrógradas. Nos próximos pleitos, federais, estaduais e municipais será decisiva a escolha e a eleição dos representantes das forças democráticas e progressistas nas assembleias legislativas, que terão de formar a base política dos governos que o desenvolvimento nacional independente exige.

REALIZAR AS OBRAS, MAS SEM AUMENTO DE IMPOSTOS

Energica repulsa de toda a população carioca e de representantes de entidades de classe dos industriais, comerciantes e trabalhadores das mais diversas categorias profissionais, vem recebendo a Mensagem 53, dirigida pelo Prefeito do Distrito Federal à Câmara de Vereadores e na iminência de ser aprovada.

AUMENTO DE IMPOSTOS — EXIGE O PREFEITO

Em meados de setembro, dirigiu-se o prefeito à população carioca, através de entrevista coletiva à imprensa, a fim de expor o plano de obras a ser executado na cidade do Rio de Janeiro. Segundo a Mensagem que enviara à Câmara, seria criado um Fundo Especial de Obras Públicas a ser constituído de um adicional de 10% sobre os impostos de vendas e consignações, territorial, indústrias e profissões e transmissão de propriedade inter-vivos.

Afirma o Sr. Negrão de Lima que a Prefeitura carioca tem uma dívida flutuante de 3 bilhões de cruzeiros e que somente as despesas com o pessoal consomem 90% da receita. Para o ano de 1957 está previsto um déficit de 2 bilhões de cruzeiros, que o aumento de arrecadação não dará para cobrir.

Diante dessa situação e da necessidade de realizar obras inadiáveis — para resolver problemas de tráfego, saneamento e outras — a única solução encontrada pelo prefeito foi o aumento de impostos, que incidirá indiretamente sobre a população e agravará ainda mais a carestia de vida insuportável.

O conjunto de obras que constam do plano inclui: a) construção da Avenida Beira Mar; b) Avenida Norte-Sul; c) Avenida Perimetral; d) Avenida Presidente Vargas; e) Avenida Radialoeste; f) Avenida Radial Sul; g) Desmonte do Morro Santo Antônio e aterro da orla marítima do Flamengo e Glória; h) Ligação Cais do Pôrto-Copacabana, através do Túnel Catumbi-Laranjeiras; i) saneamento e urbanização da zona suburbana do D. F. e obras complementares, inclusive redes de abastecimento d'água e de esgoto sanitário.



No debate realizado no auditório da Mesbla, os oradores foram unânimes em condenar o "aumento Negro". O povo carioca já não pode enfrentar, sem graves consequências para a sua economia, o novo aumento dos impostos. Na foto, o vereador Edlio Wallace quando denunciou a base.

A PREFEITURA DO DISTRITO FEDERAL PODE CONTAR COM OS RECURSOS NECESSÁRIOS PARA EXECUTAR AS OBRAS INADIÁVEIS, SEM PRECISAR ELEVAR OS IMPOSTOS — A MENSAGEM 53 É REPUDIADA POR TODOS OS SETORES DA POPULAÇÃO CARIOCA E DEVE SER REJEITADA PELA CÂMARA DE VEREADORES

O custo total dessas obras está orçado em 13 bilhões de cruzeiros, que seriam cobertos pelo adicional de 10% sobre os impostos, a partir de 1958, com a duração de 10 anos.

O AUMENTO É ILEGAL E INCONSTITUCIONAL

A já famosa Mensagem 53 foi declarada inconstitucional, pela própria Comissão de Justiça da Câmara de Vereadores. A Mensagem determina a criação de um organismo especial — a SUPPE — ou Superintendência do Plano de Obras, o qual será formado diretamente pelo Prefeito e a ele subordinado, fugindo ao controle legal do Tribunal de Contas ou da Câmara. A tal SUPPE caberá manipular os 13 bilhões de cruzeiros, cuja arrecadação é prevista. Seria ela uma espécie de autarquia, organizada fora de qualquer norma constitucional e legal. O estabelecimento de um orçamento próprio, para 10 anos, antecipando a distribuição de verbas, não é autorizado pela Constituição nem pela Lei Orgânica do D. F.

Além disso, já existe na Câmara Federal um projeto que concede um empréstimo de 3 bilhões de cruzeiros ao D. F. e um outro projeto, na Câmara Municipal, dá melhores recursos à fiscalização tributária e especialmente ao Departamento de Rendas Mercantis.

A Prefeitura do Distrito Federal possui a segunda receita tributária do país (só ultrapassada por São Paulo) e somente o imposto de vendas mercantis contribuirá no ano em curso com 73% da receita tributária. Com uma organização e aparelhamento muitíssimo precários — como vem denunciando a imprensa carioca —

O problema dos transportes precisa ser resolvido. A população do Distrito Federal já paga demasiado para isso. Novos tributos só poderiam vir a agravar os seus inúmeros problemas domésticos.

ca — consegue a P.D.F. arrecadar por ano 7 bilhões de cruzeiros. Ora, com melhor fiscalização e maior controle, será possível arrecadar muitos milhões a mais. Não há necessidade, portanto, de qualquer aumento de impostos.

MANIFESTAÇÕES CONTRA O AUMENTO

Tão logo foi divulgada a Mensagem 53, surgiram as manifestações de protesto. Em grande assembleia pública, convocada pela Federação do D.F., representantes de todas as categorias condenaram o projetado aumento. Empregados e patrões, operários e industriais, uniram-se no combate à Mensagem do Prefeito. Dirigentes sindicais dos gráficos, bancários, metalúrgicos, têxteis, marceneiros, alfaiates e outros, reuniram-se e decidiram lançar uma proclamação apoiando a execução das obras propostas, mas condenando o aumento de impostos municipais.

Nas várias camadas da população carioca, a ameaça de novo aumento geral no preço das mercadorias, provocou um protesto generalizado. Já não é possível suportar novas elevações no custo de vida.

ESCANDALO NA CÂMARA MUNICIPAL

Diante da gritaria que se ergueu por toda a cidade, decidiu o prefeito carioca manobrar e, numa falsa aparência de recuo, apresentar um substitutivo à Mensagem 53, que de modo algum anula os efeitos negativos desta. Foram denunciados ainda, pela imprensa local, os meios ilícitos de que lançaria mão o governador da cidade para quebrar a resistência dos vereadores que se haviam declarado contra o aumento de impostos.

Uma lei que acaba de ser sancionada cria 2.040 cargos de gari para o quadro da Limpeza Urbana. Segundo denúncia, 53 lugares serão dados a cada vereador que votar a favor da Mensagem 53. Além disso, noticia-se que outros cargos serão também distribuídos, alguns deles de letra O.

Essa denúncia foi feita pelo próprio presidente da Comissão de Justiça do Legislativo carioca.

MOBILIZAR TODO O POVO CONTRA O AUMENTO

A carestia de vida torna-se a cada dia mais insuportável para todo o povo brasileiro. Na capital da República, como em todos os outros cantos do país, baixa o poder aquisitivo das massas, à medida que se elevam os preços de todos os gêneros.

No Distrito Federal, houve uma elevação no custo de vida de mais de 10%, nos primeiros nove meses deste ano. Fazendo mais uma vez o Jogo da Light, o prefeito aumentou as passagens dos bondes e já acena com o aumento dos ônibus e lotações.

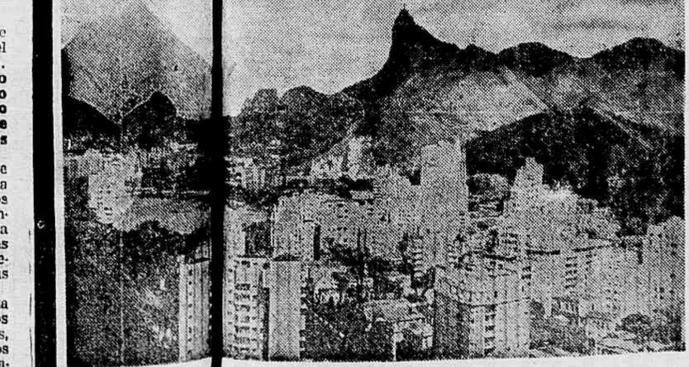
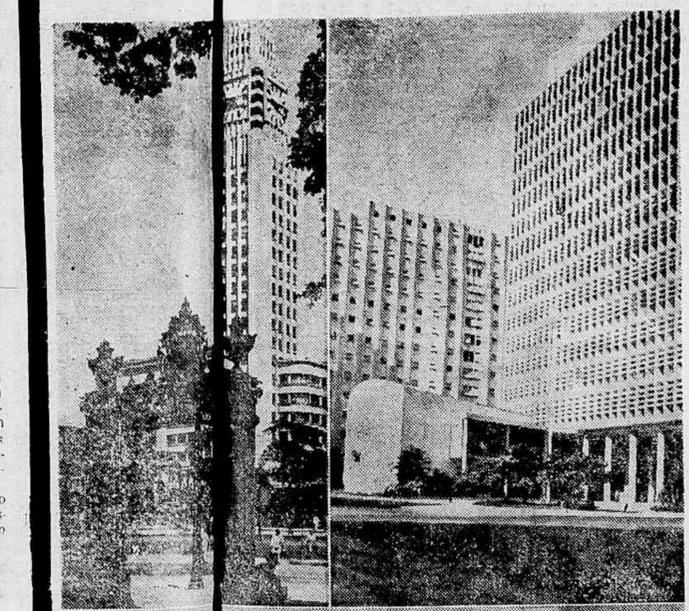
Agora, surge a ameaça de elevação de 10% nos impostos de vendas e consignações, aquele que pesa mais sobre os bolsos dos consumidores. Para que essa ameaça não se concretize, é indispensável a ação de protesto de toda a população carioca. Através de



Outros problemas que exigem solução: Janelas, água e esgoto, mas sem aumento de impostos.

comissões, manifestações públicas, pressão junto aos vereadores no sentido de que neguem aprovação à Mensagem 53 ou a qualquer substitutivo — poderá conseguir o povo do Distrito Federal a anulação das pretensões altas do prefeito.

Os cariocas estão intensamente de acordo com as obras propostas pelo prefeito.



A indústria nacional de construção civil ergueu na capital da República centenas de edifícios modernos. Porém, a falta de recursos da Esplanada do Castelo, porque não poderá construir ministérios e futuros castelos.

Imposição lanque: Brasília, Três Marias e Furnas Serão Construídas Por Consórcios dos Estados Unidos

Todas as entidades representativas da engenharia nacional estão publicando os memoriais que enviarão ao Sr. Juscelino Kubitschek manifestando o seu descontentamento em face da orientação do governo de contratar grandes obras de engenharia com firmas estrangeiras.

Foram contratadas 16 grandes estruturas em Brasília, com firmas norte-americanas, não tendo sequer sido convidadas as empresas construtoras nacionais. Igualmente a construção da represa de Três Marias foi contratada com firmas norte-americanas, sem qualquer concorrência com empresas brasileiras. Agora foram publicadas as condições de concorrência para a entrega das obras de Furnas contendo uma exigência destinada a eliminar todas as firmas nacionais: as construtoras candidatas terão de provar já terem construído barragens em condições análogas às de Furnas.

Nos casos de Brasília e de Três Marias não houve sequer editais e os contratos só foram conhecidos depois de assinados com os consórcios lanques. Tratando-se de obras públicas, contratadas por entidades governamentais, ocorreu brutal e vergonhoso desrespeito da lei, que exige concorrência pública para adjudicação de quaisquer serviços. Para contornar tamanha ilegalidade, surgiu agora o edital para a construção de Furnas contendo a cláusula que afasta da concorrência todas as empresas brasileiras.

A REUNIÃO DOS SINDICATOS EM BELO HORIZONTE

Na VI Reunião Plenária dos Sindicatos da Indústria da Construção Civil, realizada em Belo Horizonte, o assunto foi amplamente debatido por todas as entidades representativas da engenharia nacional. No manifesto que veiu a público é apontada

uma situação de desigualdade em que se encontra a engenharia nacional, face às firmas estrangeiras, nas obras de Brasília, Três Marias e Furnas, é afirmada a necessidade da criação de uma poderosa indústria nacional de construção como base do desenvolvimento do país e é ainda apontado o dispêndio de divisas decorrente da entrega das obras aos consórcios estrangeiros.

Também as entidades paulistas se mobilizaram e tornaram público um manifesto que foi apresentado ao Presidente da República pelo Instituto de Engenharia de São Paulo, o Sindicato de Construção Civil e das Grandes Estruturas e a Associação da Indústria da Construção de Estradas, Pontes, Portos e Canais do Estado de São Paulo.

Na Capital da República o Sindicato da Indústria de Construção Civil e o Instituto de Arquitetos já haviam manifestado os seus protestos pela imprensa. A poderosa e eficiente indústria nacional de construção civil, que vem construindo nossas grandes cidades e executando obras da envergadura da Hidro-elétrica de São Francisco, não pode conformar com a discriminação odiosa e impatriótica a que foi submetida.

IMPOSIÇÃO LANQUE NOS FINANCIAMENTOS E EMPRÉSTIMOS

Mas a verdadeira causa dos vergonhosos contratos dados de mão beijada aos consórcios norte-americanos, — com violação aberta das leis que regulam as obras públicas e prejuízo para a indústria e para a economia nacional, — não foi apontada nos manifestos dos industriais da construção civil, como não tem sido denunciada pela imprensa que tem abordado o assunto. Na verdade o governo brasileiro É OBRIGADO A CONCEDER AS EMPREITADAS A FIRMAS NORTE-AMERICANAS, assim como a adquirir todo o material nos Estados Unidos, em virtude de cláusula expressa em todos os financiamentos contratados com o Export & Import Bank.

Este banco foi criado pelo governo dos Estados Unidos expressamente para financiar a exportação e a importação entre os dois países, assim como os serviços contratados com firmas norte-americanas. Nenhum financiamento ou

empréstimo, para qualquer plano, governamental ou particular, é concedido pelo Export & Import Bank se os materiais e equipamentos não forem importados dos Estados Unidos e os serviços não forem contratados com firmas norte-americanas.

Neste esquema estão situados os financiamentos para as obras de Brasília, de Três Marias e Furnas. Esta é a verdade, omitida nos manifestos das entidades nacionais de engenharia, o cuidadoamente subtraída ao conhecimento público pelo governo. Este vem docilmente se submetendo às iníquas condições dos empréstimos e financiamentos lanques, solicitando-os mesmo de chapéu na mão em todos os casos, fazendo dessa pedincharia norma de política exterior a que tudo o mais é subordinado, apresentando os pingues financiamentos obtidos como sucessos governamentais.

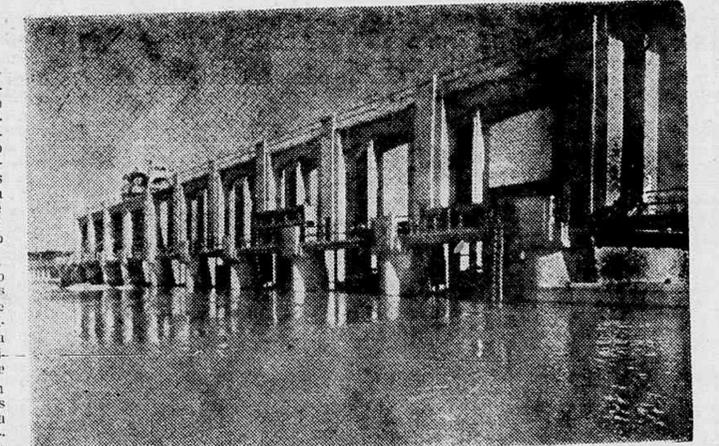
POLÍTICA EXTERIOR INDEPENDENTE EXIGÊNCIA NACIONAL
Submetidos até aqui a essa política de respirar por um só pulmão, impedidos de

manter relações com o florescente campo dos países socialistas, não só o nosso comércio exterior está estrangulado, quase limitado ao mercado de Nova Iorque, mas também estamos impossibilitados de receber os benefícios da ajuda técnica e financeira que a União Soviética vem estendendo a todos os países que procuram se desenvolver e emancipar economicamente.

As condições oferecidas para a construção da barragem de Ashuam, ao Egito, para a usina siderúrgica de um milhão de toneladas (superior a Volta Redonda) que está sendo montada na Índia, o acordo e assistência técnica e financeira firmado com a Síria e o mais recente ajustado com o Irã são exemplos da política socialista soviética, cujo objetivo é incrementar o desenvolvimento dos países dependentes e não submetê-los e saquear-lhes as economias, como fazem os Estados Unidos em benefício dos seus trustes e monopólios.

Nos casos de Brasília, Três Marias e Furnas, além dos juros extorsivos que temos de pagar (A Síria pagará à URSS 2,5% ao ano) ao Export & Import Bank, as obras custarão os olhos da cara, entregues que foram sem qualquer concorrência além de estarmos obrigados a adquirir materiais e equipamentos nos Estados Unidos, tudo à custa das divisas que cada vez mais escasseiam em virtude da intolerável situação de mercado único a que estamos submetidos.

Que protesto da engenharia nacional no caso das obras públicas entregues aos consórcios lanques, não somente revela que a indústria nacional de construção civil foi aliada pelos planos governamentais, mas conduz à verdadeira causa dessa situação, que é o esquema de submissão traçado pelos monopólios lanques e aplicado pelo governo dos Estados Unidos o qual só poderá ser enfrentado por uma política exterior independente com o apoio de todas as forças progressistas de nosso país, inclusive aquelas que ocupam posições no próprio aparelho governamental.



A cima vemos uma das barragens de Paulo Afonso. A engenharia brasileira foi capaz de construir a Hidroelétrica de São Francisco, sem possuir experiências precedentes na construção de obras de tais proporções. Este é um título, que autoriza as firmas nacionais a reivindicarem para si a construção da hidrelétrica de Furnas.



São Paulo é hoje uma das cidades mais modernas do mundo, orgulho da arquitetura e engenharia brasileiras. São Paulo é o melhor argumento contra a entrega de construção de edifícios de Brasília a firmas lanques.

O Geral e o Particular na Revolução de Outubro

Leitores da Tijuca, Distrito Federal, solicitam-nos que expliquemos, com relação ao último artigo do camarada Prestes, o que deve ser considerado geral e o que deve ser considerado particular na experiência da Revolução de Outubro.

De fato, o camarada Prestes mostra toda a imensa significação histórica da Revolução de Outubro e a validade internacional da sua experiência. Ao mesmo tempo, afirma o camarada Prestes que não basta voltarmos para a União Soviética e para o estudo da doutrina do proletariado, para o estudo do marxismo-leninismo, para que consigamos avançar no caminho de sua justa aplicação à nossa própria realidade brasileira.

Efetivamente, ao estudarmos a grandiosa experiência da Revolução de Outubro ou do movimento operário em outros países, devemos saber distinguir o que nessa experiência é geral, isto é, tem aplicação em todos os países, e o que é estritamente particular, o que não pode se repetir na vida de outros povos.

Os revisionistas não vêem o que possui validade universal na Revolução de Outubro. Consideram a experiência da revolução e da construção do socialismo na União Soviética como experiência exclusivamente russa, que nada tem a ensinar aos comunistas de todo o mundo. Com isto, obscurecem na consciência dos militantes de vanguarda os objetivos do movimento comunista, que a Revolução de Outubro e a União Soviética concretizaram pela primeira vez na História. Obscurecem também o fato de que determinados traços essenciais da experiência soviética se repetem inevitavelmente na luta emancipadora de todos os demais povos. Acentuando de modo exagerado a originalidade dos caminhos nacionais, os revisionistas atacam o internacionalismo proletário e se desviam para o caminho da conciliação com a burguesia e do abandono dos objetivos finais do movimento operário.

A necessidade do Partido Comunista e de sua atuação de vanguarda, a aliança operário-camponesa, o papel hegemônico do proletariado, a ditadura do proletariado, o centralismo democrático e socialização dos meios de produção, a liquidação das classes exploradoras — estes são alguns dos princípios fundamentais de toda a revolução proletária e de toda construção socialista.

Esses princípios foram pela primeira vez postos em prática na União Soviética. Por isto, afirmaram os camaradas chineses no conhecido artigo «Novamente sobre a experiência histórica da ditadura do proletariado»:

«... no que se refere à teoria básica, o caminho da Revolução de Outubro reflete as leis gerais da revolução e da construção num estágio particular do desenvolvimento da sociedade humana. Não se trata apenas do caminho do pro-

letariado da União Soviética, mas também do grande caminho geral que o proletariado de todos os países deve percorrer para conquistar a vitória.»

É preciso dizer que tudo isto já era, desde há muito, sabido pelos comunistas brasileiros. Sempre procuramos aprender — o que era e é inteiramente justo — com a Revolução de Outubro e com a União Soviética.

Agora, porém, quando adquirimos consciência de ter cometido, por muitos anos, erros bastante graves, compreendemos que isto não é suficiente. Compreendemos que a cópia mecânica da experiência soviética não pode levar-nos à vitória.

Dai porque afirma o camarada Prestes:

«... não sabemos elaborar, através de uma análise independente da realidade brasileira, à luz do marxismo-leninismo, o caminho do avanço de aproximação e de luta pela emancipação econômica do Brasil e pelo socialismo. Não sabemos aplicar os princípios gerais do marxismo-leninismo, com a necessária e indispensável independência de julgamento, às condições específicas de nosso país.»

Isto nos levou a descurar o fato de que certas características da Revolução de Outubro e da experiência soviética não são aplicáveis ao nosso país, não devem obrigatoriamente repetir-se em nossa própria prática. Vivemos numa época diferente, em que já existe um poderoso sistema socialista mundial, resultado da vitória histórica da Revolução de Outubro. Além disto, a sociedade brasileira possui características históricas Intelualmente específicas.

Na velha Rússia, o proletariado não teve outro caminho senão o da luta violenta pelo poder. Mas esta característica da revolução russa não é obrigatória para a revolução em outros países. No Brasil de hoje existe a possibilidade de uma saída pacífica, a mais conveniente à classe operária e ao povo, como afirma Prestes com inteira razão.

Na velha Rússia era completo oportunismo propor-se conquistar um governo democrático e progressista, enquanto continuasse vigorando o regime czarista, expressão dos interesses da nobreza latifundiária e da grande burguesia imperialista. No Brasil de hoje, lutamos também pela liquidação do retrógrado regime vigente, mas podemos e devemos fazê-lo por um caminho diferente. No Brasil de hoje, «... é perfeitamente possível — diz Prestes — mesmo dentro do atual regime, a conquista de um governo capaz de realizar, sob a pressão das massas, uma política externa independente, de paz e uma política interna democrática e progressista.»

Por que não viamos antes estas particularidades?

Porque todos nós, dirigentes e militantes do Partido, estávamos — ou ainda estamos — afetados da doença do dogmatismo. Não devemos afrouxar por um minuto sequer a luta contra o perigo revisionista, sobretudo porque ele se encarnou num grupo fracionista. Mas é absolutamente indispensável levar em conta que o maior mal do nosso Partido reside no subjetivismo dogmático, que só valoriza as verdades universais e despreza o estudo das particularidades concretas de nossa própria prática revolucionária.



OS CAMARADAS KRUSCHIOV E MAO-TSÉ-TUNG, por ocasião de uma recepção da delegação da República Popular da China em Moscou.

Possível Uma Solução Pacífica Para o Povo de Portugal

REALIZADO NA CLANDESTINIDADE O V CONGRESSO DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS — A INICIATIVA DA GUERRA CIVIL CABERÁ SÓMENTE A SALAZAR

(Correspondência de LUIZ SIMÕES)

LISBOA — Outubro — O Partido Comunista Português, que há mais de 31 anos sustenta uma luta encarniçada contra o terror fascista, acaba de realizar com êxito o seu V Congresso, o 3º na clandestinidade.

O Comitê Central submeteu à discussão do Congresso o balanço da sua atividade política e de organização, assim como o programa e os estatutos do Partido, que foram discutidos e aprovados pelos congressistas no meio do maior entusiasmo.

O V Congresso do P.C.P. constituiu, sem dúvida, uma nova afirmação da sua vitalidade e amadurecimento políticos.

O Informe do C.C. fez o balanço das lutas travadas nos últimos 10 anos pelos operários e camponeses e todos os patriotas de Portugal contra a política de terror e de miséria do governo de Salazar — balanço que é francamente positivo — e salientou que em todas elas a ação dirigente ou a simples influência do Partido foram decisivas. As experiências das lutas trazidas à discussão pelos congressistas mostram que o Partido Comunista se encontra fortemente enraizado nas massas e que hoje nenhuma ação política séria pode ser travada contra a ditadura de Salazar sem a participação ativa dos comunistas portugueses.

Ao mesmo tempo o Congresso submeteu a uma viva crítica a orientação imprimeida pelo C.C. à atividade política do Partido desde o IV Congresso. Toda a atividade do Partido foi no fundamental orientada para a unidade das vastas massas trabalhadoras e para o aproveitamento de todas as possibilidades para unir e mobilizar os anti-salazaristas portugueses. Entretanto, como salienta o Informe do C.C., foram cometidos certos erros de orientação, objetivamente antileninistas, que trouxeram prejuízos sérios à luta patriótica contra a ditadura de Salazar. A autocritica do C.C. permitiu um vivo debate entre os congressistas, os quais confirmaram e reforçaram a justeza da revisão de métodos e de orientação, operados pelo C.C. a partir da sua VI Reunião Ampliada em Agosto de 1955.

CONDIÇÕES PARA UMA SOLUÇÃO PACÍFICA

Quanto às perspectivas imediatas e à orientação futura do Partido, o informe político do C. C., depois de salientar o balanço favorável às forças da Paz e da Democracia no país, salienta a necessidade de unir e mobilizar todos os anti-salazaristas portugueses numa vasta frente de luta, numa aglutinação de esforços em todos os campos de ação política e reivindicativa. A unidade de ação de todos os anti-salazaristas é possível se tiver a dinamizadora a unidade da

classe operária e das vastas massas trabalhadoras. Essa deve ser a tarefa fundamental do Partido no momento presente. Ao mesmo tempo as alterações produzidas na correlação de forças mostram a possibilidade duma solução pacífica do problema político português, a possibilidade de escorçoar do poder Salazar e a sua camarilha sem guerra civil e sem luta sangrenta, se todos os portugueses desejarem duma mudança de regime souberem conjugar a sua ação para esse fim. Uma tal solução pacífica depende antes de mais nada da força do movimento de massas, do papel dirigente que nele desempenhe a classe operária e o seu partido — o Partido Comunista — da força de atração que este movimento exerça sobre os elementos instáveis da burguesia não monopolista também da posição que Salazar e as forças que o apoiam assumam no momento decisivo.

RESPOSTA A VIOLENCIA SALAZARISTA

O Partido Comunista tem perfeitamente em conta que o regime salazarista é um regime de terror e de violência, que sempre tem respondido pela força às aspirações pacíficas e democráticas do povo português e que ele pode ainda lançar o país na guerra civil. O Partido Comunista que sempre tem lutado por uma solução que provoque menos sofrimentos ao povo, não hesitaria, perante tal atitude, em incitar e orientar as massas para que respondessem à violência com a violência.

Entretanto a responsabilidade de uma solução violenta cairia inteiramente sobre Salazar e aqueles que o apoiariam em tal caminho.

A discussão dos problemas políticos pelo Congresso permitiram precisar com maior clareza estes pontos novos de orientação do Partido.

No final o Congresso elaborou alguns documentos, entre os quais uma importante declaração sobre os povos coloniais (como se sabe Portugal é a 4ª potência colonial do mundo) na qual o Partido Comunista se pronuncia pelo direito de autodeterminação dos povos das colônias portuguesas e pela solução pacífica imediata do caso de Goa, de acordo com os desejos e aspirações do povo goês.

Foram também enviadas calorosas saudações aos partidos irmãos que tinham enviado saudações ao Congresso, as quais provocaram o entusiasmo e a emoção dos congressistas.

O V Congresso do Partido Comunista Português foi, pois, uma bela vitória da classe operária e do povo lutador de Portugal.

Teoria e Prática

O MÉTODO DA CORREÇÃO DO ESTILO DE TRABALHO MAO-TSÉ-TUNG

COM o objetivo de um rápido desenvolvimento da causa do socialismo na China, sobre uma base ainda mais sólida, o povo chinês, sob a direção do Partido Comunista, realiza um fecundo movimento pela correção do estilo de trabalho. Isto significa — através da apresentação de fatos e a revelação da verdade, na presença da direção, livremente desenvolver na cidade e no campo uma discussão nacional a respeito dos dois caminhos, o socialismo e o capitalismo, sobre o regime básico e os fundamentos políticos mais importantes do Estado, sobre o estilo de tratados dos funcionários do partido e do Estado, sobre o bem-estar do povo, a fim de corretamente resolver as diferentes contradições, que efetivamente existem no seio do povo e exigem agora solução. Isto é também um movimento socialista do povo pela autoeducação e reeducação. Este movimento já alcançou grandiosa vitória. Por toda a parte, onde se realiza, rapidamente se eleva a consciência socialista do povo, rapidamente se manifestam os pontos de vista errôneos, rapidamente se superam insuficiências no trabalho, rapidamente se fortalece a coesão no seio do povo, rapidamente se fortalece a disciplina do trabalho e rapidamente se eleva a produtividade do trabalho. Atualmente, numa população de 600 milhões, em diferentes prazos e por partes, realiza-se este movimento popular de autoeducação. Aproximadamente dentro de alguns meses, o movimento alcançará a vitória em escala nacional. Posteriormente, como um dos métodos fundamentais de solução das diferentes contradições sociais no período de transição em nosso país, nós pensamos, anualmente ou uma vez em dois anos, em períodos consideravelmente mais curtos, realizar o movimento pela correção do estilo de trabalho. Na aplicação deste método, o ponto de partida fundamental deve ser a firme fé de que a maioria das massas populares estará ao nosso lado e que nossa causa é justa. Sobre isto testemunha toda a experiência do movimento.

Apoiando-se nos princípios leninistas de estreita ligação com as massas, de reconhecimento, da sua iniciativa, de aplicação da crítica e da autocritica, adquirimos, de uma prática revolucionária de muitos anos, o método da correção do estilo de trabalho e a justeza deste método mais uma vez se confirma com a realização agora, em nosso país, do movimento socialista pela autoeducação.

(Do discurso de saudação ao 40º aniversário da Revolução de Outubro.)

Resoluções do IV Congresso Sindical Mundial

IMPORTANTES DOCUMENTOS APROVADOS, NA REUNIÃO DE LEIPZIG, PELOS REPRESENTANTES DE MAIS DE 105 MILHÕES DE TRABALHADORES

Grande significação para o desenvolvimento das lutas das massas trabalhadoras de todo o mundo, teve o IV Congresso Sindical Mundial, recentemente realizado em Leipzig, Alemanha.

Contendo em sua ordem-dia os problemas que mais preocupam aos trabalhadores, aprovou a seguinte importante declaração: uma série de resoluções, mensagens e recomendações, que estão sendo divulgadas em todos os países. Publicamos abaixo a relação dos documentos adotados pelo IV Congresso, bem como os trechos principais do Manifesto final, dirigido aos trabalhadores e trabalhadoras de todos os países:

DOCUMENTOS DO IV CONGRESSO SINDICAL MUNDIAL

- Resoluções aprovadas:**
- Resolução geral, na qual se faz um resumo das conclusões gerais a que chegou o Congresso;
 - sobre o informe relativo às "Tarefas dos sindicatos na luta contra o colonialismo";
 - sobre a Argélia;
 - sobre o Camerun;
 - sobre Gue e o Irã Ocidental;
 - sobre o Fundo de Solidariedade Internacional dos Trabalhadores;
 - sobre o informe dos revisores de finanças;
 - sobre Chipre;
 - sobre o Seguro Social;
 - sobre as reivindicações

das mulheres trabalhadoras;

- sobre a duração do trabalho;
- sobre o desenvolvimento e melhoria das atividades de propaganda da FSM e das organizações sindicais.

Aprovou ainda o IV Congresso o envio das seguintes mensagens:

- ao Presidente e ao Secretário-Geral da Assembleia Geral da ONU;
- Apelo aos jovens trabalhadores e trabalhadoras e aos sindicatos do mundo;
- ao Conselho Central dos Sindicatos Soviéticos;
- ao presidente do Conselho Francês, sobre a negativa em conceder vistos à delegação do Camerun;
- às vítimas do caso Matsukawa;
- à ONU sobre a negativa em conceder vistos à delegação do Camerun;
- ao Presidente da Assembleia Nacional Francesa, sobre Madagascar;
- ao Ministro francês de ultramar, sobre Madagascar.

Vários telegramas foram enviados, ao Presidente e ao Secretário-Geral da ONU, sobre a questão da Síria; à CGT argentina; à delegação da Frente Nacional Argentina, na ONU.

MANIFESTO AOS TRABALHADORES

"Nós, representantes de mais de 105 milhões de trabalhadores e trabalhadoras de todos os continentes, pertencentes a todas as tendências, raças, ideologias e religiões, reunimo-nos em Leipzig de 4 a 15 de outubro, atendendo ao apelo da Federação Sindical Mundial.

"Com um amplo espírito de compreensão recíproca, confrontamos nossas condições de trabalho e de vida, nossas lutas e nossas esperanças" — assim se inicia o Manifesto final, aprovado pelo IV Congresso e dirigido aos trabalhadores de todo o mundo.

Depois de denunciar as novas formas de exploração sobre os operários, utilizadas pelos monopólios, mostra o Manifesto a melhoria do nível de vida das populações dos continentes:

"Unicamente nossa união e países socialistas. E a criação frente aos monopólios, permitir-nos-ão arrancar melhorias e obter êxitos".

Fala o Manifesto sobre a necessidade de reforçarem os trabalhadores as fileiras dos defensores da paz e de intensificarem os sindicatos a solidariedade com os povos que se libertam do jugo colonial.

Em sua parte final, diz o Manifesto:

"Trabalhadores e trabalhadoras de todos os países:

"Quando estamos unidos, representamos uma grande força; podemos melhorar nossas condições de trabalho e de vida, conquistar, defender, ampliar as liberdades, contribuir para a manutenção da

paz, pôr fim ao colonialismo, dar nossa ajuda aos trabalhadores dos países subdesenvolvidos, ajudar a todos os povos da Terra a compreender-se melhor entre si.

Desde o III Congresso Sindical Mundial, a causa da unidade fez grandes progressos, tanto no plano nacional, nos diferentes países, como no plano internacional. Nenhuma divergência ideológica deve ser capaz de debilitar a união por objetivos comuns no caminho por uma vida melhor e uma paz duradoura.

Convidamos os sindicatos de todas as filiações internacionais ou autônomas a desenvolver suas relações mútuas, à base dos seguintes princípios, que são essenciais na aplicação da democracia sindical;

- respeito mútuo e não ingerência nos assuntos internos respectivos;
- intercâmbio de informações, organização de encontros e discussões, em plano de igualdade;
- buscar as questões que podem unir os trabalhadores; fixar objetivos e palavras de ordem comuns; eliminação voluntária daqueles pontos sobre os quais não exista acordo.

Todas as organizações sindicais nacionais podem iniciar consultas visando à elaboração de um programa de ação aceitável pelos sindicatos de todos os países".



Em Greve os Jornalistas e Gráficos Baianos

Unem-se na capital baiana os jornalistas, gráficos e jornaleiros, em luta por aumento salarial — Lançam os grevistas a «Folha da Greve», que recebe grande apoio de toda a população

Durante mais de uma semana, cruzaram os braços os jornalistas, gráficos e jornaleiros da capital baiana, exigindo melhores salários.

Reivindicam os trabalhadores da imprensa um aumento salarial de 30%, a fim de fazer face ao aumento do custo de vida, agravado nos últimos meses. E diante da intransigência dos patrões, não tiveram os jornalistas outro recurso senão recorrer à greve.

NAO SAI NENHUM JORNAL

Em toda a cidade de Salvador, só se vêem, há vários dias, nas bancas, jornais de outros Estados e exemplares da "Folha da Greve", editado pelos grevistas para informar à opinião pública sobre a marcha do movimento e os mais importantes acontecimentos nacionais e internacionais.

Os trabalhadores gráficos aceitaram a proposta patronal de 25% de aumento mas, em sinal de solidariedade com os jornalistas, mantêm-se na luta pela conquista de 30% geral. Quanto aos jornaleiros, dando um exemplo inédito em nosso país, resolveram participar da greve como demonstração de apoio à justa luta de seus companheiros da redação dos jornais.

Enorme entusiasmo vem despertando a "Folha da Greve", que está sendo vendida a Cr\$ 2,00 o exemplar, como meio de ajuda financeira ao movimento grevista.

SOLIDARIEDADE DE TODOS OS SETORES

Receberam os grevistas a solidariedade e a ajuda material de todos os demais setores profissionais da capital baiana, bem como de autoridades, organizações políticas e populares e do próprio governador do Estado.

Uma comissão de jornalistas e gráficos entrevistou-se

com o Sr. Antônio Balbino, que afirmou sua simpatia pela reivindicação justa e prontificou-se a contribuir para o Fundo de Greve. Também o prefeito em exercício de Salvador, Sr. Heitor Dias, presidente da Câmara Municipal, presente a uma grande assembleia realizada nos primeiros dias da greve, declarou textualmente: "Não há gre-

ves ilegais, há patrões fora da lei".

Dirigentes sindicais de todas as categorias têm comparecido ao Comando Geral da greve, aonde levam sua contribuição financeira e seu apoio. Federações dos Trabalhadores nas Indústrias, de Empregados no Comércio e dos Marítimos; trabalhadores portuários, tecelões, aviô-

rios, fumageiros, tranviários, moageiros, curtidores e muitos e muitos outros, mobilizaram-se para um apoio ativo à luta dos jornalistas baianos. Diversas organizações sindicais deram contribuições financeiras aos grevistas.

Grande repercussão teve o gesto do SAPS local, que se

(CONTINUA NA PÁG. 6)

VITORIOSOS OS METALÚRGICOS DE LAFAIETE EM MENOS DE 24 HORAS DE GREVE CONQUISTARAM UMA SÉRIE DE IMPORTANTES REIVINDICAÇÕES

Piquetes especialmente organizados mantiveram a guarda nos portões da fábrica de vagões para impedir a saída dos fura-greve.

Manifestou-se imediatamente a solidariedade dos demais trabalhadores, bem como da Comissão Organizadora do I Congresso Sindical de Minas Gerais.

AS REIVINDICAÇÕES CONQUISTADAS

Diante da firmeza demonstrada pelos grevistas, convocou o DRT uma reunião urgente de empregados e patrões e estes foram obrigados a aceitar a proposta de conciliação feita anteriormente.

O acordo assinado inclui os seguintes itens:

— aumento de Cr\$ 30,00 no atual abono de família, que é de Cr\$ 100,00 por dependente;

— aumento de Cr\$ 700,00 para os operários casados e de Cr\$ 300,00 para os solteiros;

— pagamento de 1/3 da greve;

— promessa de não punição dos operários grevistas.

Conquistaram assim os metalúrgicos de Conselheiro Lafaiete uma vitória significativa, o que contribuiu para reforçar sua confiança em sua própria força e em sua união.

Expressiva vitória alcançaram os metalúrgicos de Conselheiro Lafaiete em Minas Gerais, com uma paralisação de menos de 24 horas de trabalho, nos primeiros dias do mês corrente.

Apesar da resistência da Companhia Santa Matilde, os operários conquistaram uma série de importantes reivindicações, pelas quais vinham-se batendo há algum tempo. Em mesa-redonda realizada na Delegacia Regional do Trabalho, em Belo Horizonte, empregados e patrões mantiveram entendimentos, sem contudo chegar a acordo, em face da intransigência patronal. Os trabalhadores concordaram em reduzir a percentagem pleiteada de 45 para 35%, o que não foi aceito pelos industriais. Também a proposta conciliatória do DRT, de aumento de Cr\$ 3,30 por hora, aceita pelos operários, não foi aceita pelos patrões. Diante disso, veio a greve.

PARALISAÇÃO COMPLETA NA EMPRESA

Numa grandiosa assembleia, na sede de seu Sindicato, decidiram os trabalhadores ir à greve. Essa decisão foi aprovada pela maioria dos associados do sindicato e assim, a zero hora do dia determinado, foram paralisadas todas as atividades.

Grave Situação dos Colonos Nas Fazendas de Café do Paraná

Através dos mais diversos métodos de exploração os fazendeiros expoliam os colonos — Impedidos de se locomoverem em busca de melhores condições de vida — Salários miseráveis e descontos absurdos fazem da vida dos colonos um verdadeiro inferno — Surdo às queixas dos trabalhadores, o promotor coloca-se ao lado dos fazendeiros — Mais confiança no sindicato como instrumento de defesa dos seus interesses — Melhores contratos para o ano agrícola que se inicia

Torna-se cada dia mais grave a situação dos colonos das fazendas de café do norte do Paraná. Os fazendeiros aproveitam o fim do ano agrícola para acentuar sua brutal exploração contra milhares de trabalhadores agrícolas e suas famílias, tornando-lhes a vida mais dura e penosa. Ao dirigir-se ao seu sindicato, centenas de colonos denunciam as injustiças a que estão submetidos, ao mesmo tempo que revelam estar com sua paciência quase que esgotada para suportar tanta fome, tanta miséria e exploração.

NA FAZENDA CACHOEIRA

Esta fazenda pertence a Antônio Lunardelli. Ela possui 3 milhões e 100 mil pés de café, com 27 seções nas quais trabalham 700 famílias. No ano agrícola que se encerra, cada colono recebeu Cr\$ 4.200,00 por 1.000 pés de café, isto é, menos de 50% do que determina o decreto do salário-mínimo para aquela região. De acordo com o

salário-mínimo vigente, deveria ser pago pelo tratamento de cada grupo de 1.000 pés de café, a importância de Cr\$ 9.200,00.

Além disso, só em 20% do cafezal foi permitido plantar o milho e o feijão, e em 30% foi permitido o plantio de uma carreirinha de arroz.

Com o atraso na colheita, por fatores alheios aos traba-

lhadores, a fazenda descontou Cr\$ 500,00 por 1.000 pés de café, como indenização pela não «esparramação» do cisco.

Durante todo o ano, os colonos trabalharam em ritmo acelerado, sendo obrigados a fazer 3 escarpas por mês, quando o comum em quase todas as fazendas é uma escarpa por mês. No período da colheita, o toque da buzina para o início dos trabalhos era dado às 6 horas e o de encerramento, às 17,30 horas.

Na fazenda, para roubar o já miserável salário dos colonos são utilizados os processos mais diversos, que vão da multa até a cobrança de Cr\$ 5,00 por mês para um «clube» esportivo que nunca existiu. Os colonos são tolhidos em seus movimentos por cláusulas ilegais e inconstitucionais introduzidas pelos fazendeiros nos contratos de trabalho. Por exemplo, entre a Fazenda Cachoeira e os colonos, há uma cláusula que diz: «O colono que guardar os dias não indicados pela Fazenda, negar-se a trabalhar por dia, quando chamado, e ausentar-se da fazenda sem a prévia autorização da administração ou de seus prepostos, pagará um dia de serviço para cada tra-

balhador que tiver, sendo os referidos dias descontados na mesada.»

Por esta cláusula se vê que o fazendeiro impõe a sua própria lei, e quem determina os dias de folga dos colonos e impede o seu livre trânsito, direito reconhecido a todo brasileiro pela Carta Magna do país.

Em outra cláusula do contrato se determina que: «O colono pagará a mensalidade de Cr\$ 4,50 por mil cafeeiros que tratar, como contribuição médica. Necessitando o mesmo de visita médica na Fazenda, será descontada a viagem de auto, que será de Cr\$ 200,00. As consultas, tanto em Amoreira como na Fazenda, serão gratuitas. A camionete será fornecida à noite somente em casos de parto; para outros casos será cobrada a importância de Cr\$ 200,00 por viagem noturna. Pagará ainda o colono a importância de Cr\$ 5,00 para o Esporte Clube Cachoeira.»

FAZENDA EMBAÓVA

Desta fazenda o Sindicato dos Colonos e Trabalhadores Rurais de Londrina vem recebendo constantes reclamações. Relutam esses trabalhadores que a vida ali se torna cada vez mais difícil. Estão passando fome. Há 4 meses de colheita sem receberem nenhum tostão. Dizem que não podem resistir mais a essa situação. Com o atraso da colheita, os colonos são obrigados a manterem-se nas fazendas sem nada receberem. Esta é a razão porque apelam os trabalhadores agrícolas para o sindicato, no sentido de judicialmente os libertar das garras dos fazendeiros, de vez que o ano agrícola terminou desde 30 de setembro, e eles nenhuma responsabilidade têm com o atraso da colheita.

FAZENDA PARAÍSO

Nesta fazenda de 580.000 pés de café, onde trabalham 92 famílias, o preço de colheita é de Cr\$ 9,00 por alqueire de 70 litros derrigados por turma e levantado por colonos. Café colhido no pano, Cr\$ 40,00 cada saco de 110 litros. Café catado na árvore é pago a Cr\$ 60,00 o saco.

A viúva Thamar Gomes de Araújo, dona da fazenda «Paraíso», prometeu aos colonos que se eles levantassem 12 mil sacos de café na colheita, a «esparrama» ficaria por conta da fazenda e os que não conseguissem concluir o trabalho de colheita seriam pagos de outubro, a fazenda pagaria a «esparrama» por justo preço.

Além disso, aquela fazendeira prometeu aos colonos novos contratos, no qual seria pago Cr\$ 4.500,00 pelo trato de mil pés de café, o direito dos colonos plantarem feijão, arroz e milho. Agora, esquecendo-se de suas promessas, a fazendeira apresenta aos colonos um contrato de Cr\$ 5.000,00 mas, sem nenhum direito a plantar, quando no ano agrícola encerrado a 30 de setembro, a fazenda pagou Cr\$ 4.000,00 com o direito de plantio.

Sentindo-se esbulhados em seus direitos, os colonos se recusaram a assumir tal contrato, mesmo porque a fazenda, procurando explorar ao máximo os trabalhadores, aumentou o frete na fazenda, de 30 para 50 cruzeiros; viagem de caminhão para trans-

Carta de Reconhecimento Para os Sindicatos Rurais

APESAR das proteções verificadas no processo de reconhecimento dos sindicatos rurais, torna-se cada vez mais difícil deixar de reconhecer aos assalariados agrícolas, colonos, e a todos aqueles que trabalham no campo em troca de salário, o direito de possuir o seu órgão de classe.

O surgimento de inúmeros sindicatos rurais de norte a sul do país obedeceu ao próprio desenvolvimento econômico e social do Brasil. Eles surgiram porque os assalariados do campo, como os operários da indústria, sentem necessidade de um órgão que zele pelos seus direitos assegurados por lei e defenda as suas reivindicações junto aos patrões. Esta é a função que vem desempenhando os sindicatos rurais até agora organizados.

Dezenas de sindicatos rurais de São Paulo e do Paraná já deram entrada no Ministério do Trabalho ao pedido de seu reconhecimento, sem que até hoje o mesmo tenha sido deferido. É injustificável tal proteção, particularmente agora quando se sabe que o Sindicato dos Empregados Rurais de Ilhéus e Itabuna, no Estado da Bahia, acaba de ser reconhecido, sem se falar no Sindicato dos Empregados Rurais de Belmonte, também na Bahia, já reconhecido desde 1956. Não há razão, pois, de permanecer paralisados no Ministério do Trabalho os processos de reconhecimento de outros sindicatos, sobretudo quando se sabe que os pedidos receberam parecer favorável da Comissão de Enquadramento Sindical.

A assinatura da carta de reconhecimento dos sindicatos rurais da Bahia é uma vitória dos trabalhadores agrícolas assalariados de todo o Brasil. Ela vem criar novo estímulo a que os demais sindicatos revigorem seus esforços pelo seu reconhecimento, bem como para que surjam novos sindicatos, capazes de unificarem os trabalhadores do campo na luta pelos seus direitos.

Por Melhores Condições De Vida Para os Colonos

Irineu Ferreira

A COLHEITA de café deste ano no norte do Paraná vai estender-se até o mês de dezembro, quando a esta altura, como sucedeu nos anos anteriores, já deveria estar terminada. O atraso se deveu às floradas do ano passado, que chegaram a surgir mesmo em dezembro, quando a última deveria ocorrer em outubro, como está ocorrendo este ano. Deveu-se também às chuvas que desabaram nos meses da colheita e principalmente à exigência dos fazendeiros da chamada «catação» no pano, processo demorado e aplicado em larga escala, com vista à produção dos chamados «café finos», ou seja, o café resultante da colheita do fruto em cereja, apanhado na árvore com cuidado e jogado no pano estendido em baixo do cafeeiro, de maneira que se recolha o produto livre de terra, folhas secas e outras sujeiras.

Tudo isso atrasou a colheita. O resultado é que o ano agrário que termina em trinta de setembro, praticamente não terminou porque, na maioria esmagadora das fazendas, os colonos foram obrigados a permanecer até agora, trabalhando de graça, 2 meses além do ano agrário já encerrado.

Além dessa exigência absurda e ilegal, os fazendeiros só permitem a mudança dos colonos (pois centenas deles já conseguiram colocação em outras fazendas) descontando do pagamento geral o custo para a realização da «esparramação» do cisco, desconto que vai de trezentos a mil cruzeiros por mil pés de café tratado pelo colono.

A chamada «esparramação» do cisco é uma exigência dos contratos, mediante a qual logo depois da colheita, os colonos espalham o cisco enleirado e acumulado durante a mesma, tarefa que se realiza até o fim de setembro de cada ano. Como a colheita se atrasou, os fazendeiros estão exigindo aquele desconto sem contudo pagarem os salários de mais de um mês devido aos colonos, pela sua permanência no serviço. Os fazendeiros, assim, atiram às costas dos trabalhadores agrícolas as dificuldades e os prejuízos que as floradas, as chuvas e o complicado processo da colheita lhes criaram.

Há outro aspecto da questão que precisa ser assinalado. O desconto pela «esparramação» do cisco é feito do crédito que o colono possa ter na fazenda. Isto porque os colonos não possuem animais e os cereais que cultivam já foram vendidos e consumidos. Mas aqui surge um problema crucial dos colonos: quando não há crédito, o fazendeiro prende os pertences caseiros do trabalhador, impedindo que ele e sua família se loco-

movam para outras fazendas, em busca de melhores condições de vida. Assim, permanece o colono trabalhando até pagar a dívida.

Algumas das grandes fazendas que têm a sua colheita mais atrasada, para continuar esse serviço normalmente, impedem a mudança de colonos, mesmo que estes nada devam, mesmo que tenham crédito e queiram dele desistir para se transferir para outra fazenda. Tanto nesses casos como nos demais, o sindicato dos colonos, através de seu advogado, está tomando medidas que venham impedir tais abusos e irregularidades, inclusive impetrando «habeas-corpus» para libertar a mudança dos colonos.

Um outro aspecto desse monstruoso método de exploração, que não deve ser desprezado, é o critério de medição de saco para a colheita do café. A maioria esmagadora das fazendas, nos seus contratos de trabalho, fixa o preço para a colheita de café, a base de saco de 110 litros. Entretanto, são raras as fazendas que cumprem essa cláusula do contrato. Em quase sua totalidade, as fazendas utilizam sacos que vão de 130 a 150 litros, roubando assim, o colono, escandalosamente. Dessa forma, por cada 3 sacos de café registrados, na prática foram colhidos quatro sacos de 110 litros. Levando-se em conta que são grandes fazendas que utilizam esse processo, pode-se avaliar o lucro obtido por elas, às custas da brutal exploração dos trabalhadores. Para exemplificar, basta dizer que, de cada 30 mil sacos de café colhidos, no mínimo, vão mais 100 mil sacos que os fazendeiros não pagaram para colhê-los.

Fatos dessa natureza estão a evidenciar a necessidade inadiável da extensão da Legislação Trabalhista ao campo, a fim de liquidar ou pelo menos atenuar as desumanas relações semi-feudais do trabalho predominantes no campo, mesmo em se tratando dos cafezais do Paraná, onde os métodos capitalistas de produção já estão bastante acentuados.

Todavia não devemos nos esquecer que tal legislação não pode cair do céu. A sua conquista tem de ser fruto das lutas de milhões de colonos e assalariados agrícolas de todo o país. A organização e o reforçamento dos sindicatos rurais é, nas circunstâncias atuais, um dos caminhos para se manter e desenvolver uma luta vitoriosa por melhores condições de trabalho, melhores contratos, em fim, por melhores condições de vida para os trabalhadores agrícolas.

portar doentes, de 100 para 200 cruzeiros; caminhão para mantimentos, 200 para 300 cruzeiros. A caixa médica que era cobrada à razão de 12 cruzeiros por mil pés de café, passou a ser cobrada a 20 cruzeiros. Esta, aliás, é uma taxa ilegal que precisa ser abolida.

Como se tudo isso fôsse pouco, a viúva Thamar quer agora descontar a «esparrama». Os colonos se recusam a permanecer na fazenda, pois aquela fazendeira já não tem mais crédito na cidade de Bela Vista do Paraíso, onde deve a todo mundo. Somente numa farmácia ela deve cerca de 500 mil cruzeiros. Assim, os

colonos não têm onde comprar e passam fome.

Entretanto, os colonos estão presos à fazenda porque os seus pertences, por ordem da dona da fazenda, não podem ser retirados da mesma. Os colonos já denunciaram o fato ao promotor público, sem nenhum resultado, visto o promotor está ao lado da fazendeira.

A fim de defenderem os seus direitos, os colonos dirigem-se para o sindicato rural de Londrina. Através dessa combativa organização, já foi impetrado «habeas-corpus» para que os colonos possam deixar a fazenda «Paraiso».

FAZENDA CASCATÁ

Em Bela Vista do Paraíso fica também localizada a Fazenda Cascata, de propriedade de Geremias Lunardelli, com 400 famílias de colonos. Para o ano agrícola de 1956/57, o gerente da fazenda prometeu pagar 50 cruzeiros para a colheita no pano e de catação no chão. Por outro lado exigiu dos colonos 17 carpas e a «esparramação» do cisco.

Lunardelli procura trazer os colonos presos à sua fazenda, sujeitos às miseráveis condições de trabalho por ele estabelecidas. Para isso anunciou que o pagamento do saldo do contrato e da colheita só seria feito na última semana de novembro, isto é, depois que são mínimas as possibilidades de o colono se engajar em outra qualquer fazenda, uma vez que de praxe os contratos para o próximo ano agrícola serem assinados no último mês do ano agrícola em curso e o colono começar a trabalhar, de acordo com o mesmo contrato, no dia 1º de outubro.

Não obstante esta imposição de Lunardelli, muitos colonos estão abandonando a fazenda, em busca de melhores condições de vida. Aos colonos que vão deixar a fazenda, o gerente nega-se a pagar os 50 cruzeiros por saco, acertado para a colheita, passando a pagar apenas 40 cruzeiros. Recusa-se a pagar o saldo aos colonos, aconselhando-os a se quiserem deixar a fazenda, venderem suas cadernetas na cidade de Bela Vista do Paraíso, com o desconto de dez por cento ou irem receber o saldo na data por ele fixada.

Contudo, vale apenas salientar que graças à resistência (embora fraca ainda) dos colonos aos contratos lesivos aos seus interesses, de modo geral eles vão conseguindo sempre melhores contratos. São melhorias muito pequenas, mas que indicam a possibilidade de os colonos conseguirem maiores vantagens, desde que haja mais unidade e decisão em suas manifestações, particularmente nos períodos de fins do ano agrícola.

Mesmo na Fazenda Cascata, onde estas arbitrariedades foram cometidas, os colonos vão receber, no ano agrícola que se inicia, 5 mil cruzeiros pelo trato de 1.000 pés de café, com o direito ao plantio de arroz, milho e feijão em meio aos cafezais.



Correspondência

PARAÍBA

JOÃO PESSOA (Do Correspondente) — Defendendo o reatamento de relações comerciais, diplomáticas e culturais do Brasil com a União Soviética e a República Popular da China, o vereador Luiz Bernardo da Silva, da Câmara Municipal desta Capital, teve uma interessante iniciativa. Depois de proferir importante discurso, aquê-le parlamentar paraibano apresentou aos seus pares, o seguinte requerimento:

«Na forma regimental e em regime de urgência, reque-ro que esta Câmara, após ouvir o Plenário, transmita apê-lo aos Exmos. Srs., Presidente da República, Presidente do Senado Federal, Presidente da Câmara dos Deputados e Ministro do Exterior, no sentido de serem reatadas as nossas relações comerciais com todas as nações do mundo, e especialmente

com a União Soviética e China Popular.

Requeiro ainda, que sejam enviados apê-lo à Assembléa Legislativa do Estado, às Câmaras Municipais espalhadas por todo o território paraibano, a fim de que também unam-se à este movimento, às

MARANHAO

S. LUIZ (Do Correspondente) — Vem obtendo grande êxito a atividade da comissão sindical criada para reorganizar e pôr em atividade os sindicatos dos operários da indústria, ora inativo.

No último domingo de outubro, em grande assembléa realizada na sede do Sindicato dos Tecelões, foi reorganizado o Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Calçados. O ato contou com a presença do Delegado Regional do Trabalho, Delegado do IAPI, dirigentes e líderes de diversos sindicatos desta capital. Antes do encerramento

da Assembléa foi escolhida Junta Governativa que regerá os destinos daquela entidade até as próximas eleições para a nova diretoria. O Delegado regional do Trabalho deu posse imediatamente à Junta.

PERNAMBUCO

RECIFE (Do Correspondente) — Numa concorrida assembléa do seu órgão de classe, os trabalhadores gráficos rejeitaram a proposta patronal de aumento de salários. Diante disto, na mesma assembléa, os gráficos deliberaram enviar uma nova proposta aos empregadores, reivindicando, desta vez, um aumento salarial de 36 por cento. A fixação dessa percentagem de aumento foi feita pelos trabalhadores gráficos levando em consideração o aumento do custo de vida nos últimos meses nesta capital.

TRINTA POR CENTO PARA OS MOAGEIROS
Trabalho acaba de conceder,

por unanimidade de votos, aos trabalhadores em moinhos, um aumento salarial de 30 por cento, com vigência a partir da data do julgamento. Este aumento também é

extensivo aos empregados em escritórios que la mesma forma fazem parte do sindicato euseitante.

NÃO ESTÃO SATISFEITOS OS PROFESSORES COM O AUMENTO

Os professores secundários da capital pernambucana não estão satisfeitos com o aumento de salário-aula que lhes foi concedido pelo TRT, na base de 40 por cento. E para ilustrar, basta dizer-se que os professores, em sinal de protesto, retiraram-se do recinto do tribunal, logo após o julgamento.

Falando à imprensa, à respeito, o advogado dos professores, sr. Jonas Ferreira Lima, teve a oportunidade de declarar, entre outras coisas, o seguinte: que na realidade, não havia sido concedido aumento para os professores; que os 40 por cento dados pelo TRT aos seus constituintes, sobre o salário vigorante em janeiro do corrente ano, sem se levar em consideração os 17 cruzeiros da suplementação da hora-aula, implicaria numa redução salarial.

Fontes ligadas aos professores pernambucanos são unânimes em afirmar que os mesmos têm, apenas, dois caminhos a seguir: recorrer da decisão ou mobilizar-se para uma greve geral.

Uma outra coisa: afirmam os prejudicados que o que vem acontecendo visa, nada mais nada menos do que um choque e, conseqüentemente, a divisão entre arrumadores e portuários, que lutam por sua unidade.

Para menosprezo da questão, o representante do governo do sr. Cordeiro de Farias junto ao Sindicato dos Arrumadores é o delegado auxiliar da Secretaria de Segurança Pública, o conheci-

do perseguidor de operários e democratas, sr. Alvaro da Costa Lima.

APROVADA A RECLASSIFICAÇÃO DO FUNCIONALISMO MUNICIPAL

Salvamos, finalmente, vitoriosos os funcionários municipais do Recife com a aprovação pela Câmara Municipal e conseqüentemente sancionado pelo prefeito Pelópidas Silveira do Plano de Reclasseificação do funcionalismo.

Os Metalúrgicos de São Gonçalo Preparam-se Para as Eleições Sindicais

Os operários metalúrgicos de São Gonçalo, Estado do Rio, preparam-se para participar das eleições, a se realizarem a 2 de dezembro próximo, quando serão escolhidos a nova diretoria do seu Sindicato, o Conselho Fiscal, Representantes junto à Federação e seus respectivos suplentes.

Várias chapas concorrerão ao pleito que se prenuncia como importante passo para o fortalecimento e unidade daquele órgão de classe. Entre as Chapas concorrentes, destaca-se a «CHAPA DE UNIAO E AÇÃO», cujos componentes se comprometem a pôr em prática o seguinte programa:

PROGRAMA
Lutar sempre que necessário pela melhoria econômica da classe.
Lutar pela unidade e orga-

nização da classe.

Lutar contra o 9.070.

Lutar contra as perseguições nas empresas.

Lutar pela aposentadoria integral.

Lutar pela manutenção da estabilidade.

Lutar pela continuação da taxa de insalubridade e horários noturnos.

Lutar pela aquisição da sede própria.

Lutar pela equiparação de salário, trabalho igual salário igual.

Lutar pela ampliação do departamento médico tal como:

criação de uma farmácia para distribuição de remédios aos associados.

Criação de um curso de alfabetização de adultos.

Ampliação do Departamento feminino e Recreativo.

RESPOSTA A HOWARD FAST

(CONCLUSÃO DA 4ª PÁG.)
um novo trunfo na guerra fria, qualquer que tenham sido as intenções subjetivas de Howard Fast.

Nessas circunstâncias, eu penso que quem quer que já tenha participado na luta dos trabalhadores não pode deixar de qualificar esse acontecimento senão como deserção diante do inimigo. Não ponho em causa aqui sua coragem pessoal, quero dizer que não duvido de seu comportamento ante a Comissão das Atividades anti-americanas, como um homem honesto. Mas, nesta luta que é a mais importante de todas — neste "combate espi-ritual" como dizia Blake, — ele abandonou a arena no momento crucial.

Não tentarei responder, aqui, aos ataques lançados por Fast contra a União Soviética. Ninguém me incumbiu disso; em todo caso, es-pero que representantes da União Soviética não deixem passar esta ocasião sem resposta, estou certo de que o "Mainstream" publicará com boa-vontade, essa declaração.

No que se refere à União Soviética, minha opinião continua sendo a daquela pessoa que disse haver esse país atingido, em seu desenvolvimento histórico, um grau de tal caráter épico, que os comentaristas que lhe possam ser feitos se arriscariam a revelar bem poucas coisas sobre o país, mas, certamente, revelariam muitas coisas sobre o comentarista.

Howard Fast declara assim que, bem que não se tenha enganado, foi, entretanto, "vítima da mais inacreditável escroqueria dos tempos modernos. Mas, em que sentido, ele, eu e toda uma geração conosco, fomos vítimas de escroqueria"? Aconteceu isso quando a União Soviética exigiu da Sociedade das Nações Unidas que tomasse sanções contra Mussolini, quando da invasão da Etiópia em 1935? Fomos "escroqueados", juntamente com o povo espanhol, quando a União Soviética deu ajuda à Espanha em sua luta heróica pela democracia, enquanto as "democracias" e os "socialistas", como o governo de Léon Blum na França, apunhalavam pelas costas esta nação martirizada? Fomos "escroqueados" quando,

durante a crise, não tínhamos o que comer, e a União Soviética declarava que o de sempre representava um aspecto da vida social absolutamente não necessário, mas, ao contrário, historicamente, fora de moda — e o provava com seu próprio exemplo? Fomos "escroqueados" quando o Exército vermelho destruiu o hitlerismo com suas próprias forças, "ajuda do", somente no fim, quando os "aliados" se decidiram a atravessar a Mancha, não para esmagar Hitler, mas para impedir ao Exército vermelho de tomar pé em toda a Europa ocidental? Os judeus foram "escroqueados" quando milhares e milhares deles foram subtraídos aos fornos nazistas, instalados em trens expressamente formados para eles e evacuados para o ocidente? E quando o Exército vermelho avançava em territórios alemão e polonês e libertava prisioneiros dos campos da morte, quem era "escroqueado"? Com esse fato, quantos judeus lhe devem a vida? Como se pode esquecer tão rapidamente, tão facilmente, tão alegremente o que era, ainda ontem, um heroísmo de proporções históricas? E mais: serão os judeus "escroqueados", em um país onde 260.000 deles ocupam lugares no organismo do Estado, do Partido, da Indústria, ciência, literatura e arte, enfim, da base ao cume do país — número inteiramente independente da percentagem real de sua população? E em um país onde o antissemitismo constitui crime e onde — a despeito dos cépticos e das polémicas erguidas a propósito de seu papel na vida nacional — isso continua sendo crime, é um crime, e que, por isso mesmo, leva esse problema a um nível ético e moral ainda não conhecido?

Quem é "escroqueado"? O mundo, a humanidade progressista, pelos altos feitos históricos da União Soviética? Ou então aqueles a quem se faz engulir os absurdos da "desilusão" — desilusão? Que é apenas o índice de sua inacreditável falta de maturidade ou de sua incompreensão das mais elementares leis do desenvolvimento social e de seus conflitos?

Não! Deixem de falar em

escroqueria, quando os fatos, dos quais milhões de homens participaram, estão escritos em grandes caracteres na história, oferecidos aos olhos de toda a humanidade, ao passo que os fatos desmentados atrás de portas fechadas, em código secreto e criados pelas astúcias dos inimigos do socialismo, são expelidos logo que saem à luz do dia. Não ponhamos, tampouco, no mesmo plano, nos mesmos sentimentos feridos e a grande dor daqueles que não somente sofreram a consequência desses crimes, como — de uma maneira que nunca poderemos avaliar — têm o sentimento trágico e bem mais profundo de ter sido dado um golpe cruel na causa pela qual eles consentiram, em tantos sacrifícios históricos! As lágrimas vertidas pelos delegados ao XX Congresso, ao ouvirem o relato dos crimes de Stálin, são lágrimas que não temos o direito de tratar levemente, nem, para dizer a verdade, de parodiá-los com nossas queixas. Ainda não merecemos o direito dessa comparação.

E assim eu termino como comecei. Reflito sobre um livro que trata dos comunistas e sobre o suicídio de meu amigo. Enquanto escrevo estas linhas, olho pela janela; a meus olhos estende-se um dos mióres ghettos do mundo — Harlem, — atravessado noite e dia, qual país ocupado, por patrulhas de policiais a cavalo, explorado, impiedosamente, pelos proprietários e comerciantes, insultado e ultrajado, diariamente, por um mundo que fabrica hipocrisia em escala industrial e que cobre sua horrível nudez com a santa Constituição e com a Declaração dos Direitos do Homem, como se fôra uma clínica fôlha de parreira.

Os países socialistas que publicavam Howard Fast quando ele era boicotado aqui, e pelo "New York Times" mais notadamente, continuarão, eu o espero, a fazê-lo. Pois, se Howard Fast tem algum futuro, este será entre os realzadores de maravilhas e não entre os mercadores da morte. Muitos são os que ficam em nossa memória pelo que fizeram de bem, enquanto o que fizeram de mal foi generosamente esquecido.

A BATALHA DA DIFUSÃO

Queremos agradecer aos nossos agentes do D.F. e do E. Rio, que são supridos diretamente pela gerência, e a Distribuidora Riachuelo de S. Paulo a prontidão com que responderam ao nosso apê-lo para pagamento dos débitos com a edição especial. O agradecimento é extensivo aos nossos agentes de Santos, Cuiabá e João Pessoa, que ajudaram a edição especial com o pagamento antecipado de suas quantidades.

Uma das lacunas respeito ao plano da edição especial se refere ao preço. Se bem que tivéssemos anunciado o preço de venda, esquecemos de fazê-lo com referência ao preço que seria fornecido aos agentes do interior. Suprimindo essa lacuna, damos hoje o preço que foi debitado aos nossos agentes do interior: Cr\$ 2,50 aos agentes que receberam por via férrea ou pelos Correios; Cr\$ 2,00 aos agentes de Manaus, Belém, S. Luiz, Fortaleza, Mossoró, Natal, João Pessoa, Recife, Macaé, Salvador, Ilhéus, Londrina, Campo Grande e Cuiabá.

Em nota anteriormente publicada, dissemos que o agente de Campina Grande fôra substituído, quando o fato se referia ao antigo agente da VOZ OPERÁRIA em João Pessoa. Aqui fica a retificação.

POSTA RESTANTE

SAO JOSE DO RIO PRETO (S. P.) — Recebemos de L. Silva, dados para uma reportagem que será publicada oportunamente. Muito grato. Volte a escrever.

Agências Restabelecidas: — Jequitinhonha, Volta Redonda, Montes Claros, Morro Agudo, Curitiba, Monte Carmelo e Ribeirão Preto.

Aumento: — Manaus mais 10%.

Diminuição: Altair menos 35%.

Nova Agência: Regente Feljó (S. P.).

Assinaturas: Manhumirim (1), Pres. Prudente (1) e Itapeva (5).

Pagamentos: João Pessoa (3) — inclusive da semana anterior; Macaé, Pau Grande; Almorés; Campo Grande; Je-

setenta assinaturas, ao sr. João Goulart para que o vice-Presidente da República interceda em favor dos posseiros do Paraná, vítimas das arbitrariedades dos grileiros.

VOZ OPERÁRIA

Diretor-Responsável:

Mário Alves

MATRIZ:
Av. Rio Branco, 257, 17º and. s/ 1.712 Tel. 42.7344

ASSINATURAS

Anual 100,00
Semestral 60,00
Trimestral 30,00
Núm. avulso 2,00
Núm. atrasado 3,00

Aérea ou sob registro: despesas à parte.
Preço no R. G. Sul: Sta. Catarina, Paraná, Distrito Federal, São Paulo, E. Santo e Belo Horizonte 2,00

Goias e interior de Amazonas e Territórios 4,00
Outros Estados 3,00
M. Gerais 2,50

SUCURSAS:
SAO PAULO — Rua dos Estudantes n° 84 s/ 28, 2º and. — Tel. 37-4983.
PORTO ALEGRE — Rua Voluntários da Pátria, n° 66 s/ 43.

RECIFE — Rua Floriano Peixoto n° 85 — 3º and. —
FORTALEZA — Rua Barão de Rio Branco, n° 1.248 — s/ 326.

JOAO PESSOA — Rua Duque de Caxias, 558 — 11º and. — Tel. 15-1515.

SAO JOSE DO RIO PRETO (S. P.) — Rua Duque de Caxias, 558 — 11º and. — Tel. 15-1515.

SAO JOSE DO RIO PRETO (S. P.) — Rua Duque de Caxias, 558 — 11º and. — Tel. 15-1515.

Defender a Triticultura Nacional Como Fator de Nossa Emancipação

Pedro MOTTA LIMA

(Especial para a VOZ OPERÁRIA)

- ★ Desfaz-se mais um mito colonialista: o da pobreza de nossas terras, inadaptaíveis às "culturas nobres"
- ★ A penetração do capitalismo no campo está operando, em forma incruenta, profundas transformações
- ★ Inversão superior a dez bilhões de cruzeiros em tratores, máquinas, implementos e custeio da produção
- ★ Pequenos e médios tricultores perdem mais de cinco cruzeiros em saca, representando isso salário não pagos e altos arrendamentos
- ★ O latifúndio com os dias contados, como aplicação de um capital que rende apenas 3,3% ao ano
- ★ Problemas imediatos levantados no VII Congresso: preço mínimo e denúncia do convênio norte-americano



Aspecto de uma reunião plenária do IV Congresso Nacional de Tricultores, realizado em Passo Fundo, no Rio Grande do Sul

Ofereceu-nos o VII Congresso Nacional de Tricultores, realizado em Passo Fundo, Rio Grande do Sul, uma visão panorâmica dessa nova riqueza nacional em florescimento. Marcamos as cifras: produção anual de um milhão e cem mil toneladas de trigo, no valor de mais de oito bilhões de cruzeiros. Atendendo já em 50% às necessidades do mercado interno, esse volume de produção representa um alívio de cerca de cem milhões de dólares em nossa balança de pagamentos.

A perspectiva de aumento da produção, numa lavoura mecanizada em quase oitenta por cento da área de cultivo, é de mais de trinta por cento em cada uma das safras vindouras. O que significa a auto-suficiência, dentro de dois a três anos, em tão importante setor da nossa economia.

CAI MAIS UM MITO

Com a vitória do trigo nacional nesta última batalha, depois das derrotas que sofreu no curso de nossa formação histórica, sacrificado aos interesses imediatistas de um grupo de latifundiários e aos desígnios do colonialismo (passando do português ao inglês e finalmente ao norte-americano), pôe-se abaixo outra lenda derrotista. Coincidindo com a negação da existência do petróleo em nosso subsolo, um outro mito era difundido oficialmente: o da pobreza de nossas terras, pelo menos a sua inadaptação às culturas nobres, como a do

trigo. Escondiam-se fatos notórios, entre os quais o de que o Brasil, então o maior produtor de trigo no continente, havia fornecido a sementeira selecionada que se desdobrou nos trigais do Uruguai e da Argentina.

Todas as inclutivas particulares visando ao ressurgimento da lavoura do trigo eram esmagadas. Quando a sonegação de crédito, o peso de impostos e o próprio «dumping» do produto de importação não bastavam ao fim criminoso, a crônica e calculadamente orientada escassez de transporte (estradas de ferro, navegação e portos mais ou menos nas mãos do capital in-

glês) vibrava o golpe de misericórdia. Tais fracassos eram sadicamente celebrados. Eles deviam confirmar o fundamento geo-político de um mundo dividido em áreas ricas e áreas pobres, em metrópoles imperialistas e países coloniais e dependentes. Devíamos curvar-nos à «fatalidade» da dominação estrangeira, na emissão civilizadora que Assis Chateaubriand atribui à Shell e à Standard Oil, à Light e à Bond and Share, à Anderson Clayton e à Bung & Born.

VITÓRIA NACIONALISTA

Eis porque não somente os tricultores mas também todos os setores patrióticos festejam agora a grande vitória nacionalista. Triunfando sobre a campanha de desmoralização, a que tudo servia, inclusive a fraude do «trigo papel», duplamente utilizada por seus autores, os moínhos ligados ao truste estrangeiro e servidos pelo convênio norte-americano, os trigais brasileiros se impõem hoje em dia.

Nêles temos mais uma resposta definitiva às falsas teses da «geo-política» colonialista. Nas terras caluniadas antes como sáfaras, cobertas de barba de bode, um imenso mar ondulante que este mês começa a dourar-se para a colheita, até janeiro, estende-se pela vastidão dos pampas, ganha as coxilhas, sobe à serra, dando ao Rio Grande do Sul, neste momento, um terço de sua renda.

FATOR DE PROGRESSO

A lavoura tritícola, sobretudo de 1949, até hoje, vem operando profundas transformações no campo. Os pequenos e médios produtores, colonos, sitiantes, agricultores sem terra, que a arrendam a preços cada vez mais altos, pagos em dinheiro, numa substituição, que se vai generalizando, do pagamento feudal em espécie (a meia e a terça, ainda em voga aqui e ali), contribuem com 55% do volume do trigo comerciável. São na sua maioria economias reduzidas e força de trabalho de uma família, às vezes com alguns poucos agregados mais um velho arado e sua bíblica junta de bois. Começam a contratar a trilha-deira mecânica de aluguel, que passa de granja em granja. O produtor médio, arrendando quase sempre a terra, possui certas maquinárias.

Influindo poderosamente na evolução dos meios de produção e nas relações de produção, a penetração do capitalismo no campo, através da triticultura, constitui um dos fenômenos mais salientes e típicos da hora que o Brasil está vivendo. A mecanização da lavoura do trigo, só no Rio Grande do Sul, alcança a uma área cultivada de 900.000 hectares. Compreende 6.000 tratores, 6.000 semeadeiras-adubadoras, 4.500 combinadas e auto-motrizes, 15.000 implementos (arados e grades), 4.000 carretões. Significa isso uma inversão em máquinas de cerca de três e meio bilhões de cruzeiros. Acrescentando-se 500 milhões em instalações e cerca de cinco bilhões em capital moeda (financiamento pelo Banco do Brasil, bancos particulares e os próprios tricultores, estes com 40%) e valor da terra, quando não arrendada e paga em dinheiro, teremos mais de nove bilhões de cruzeiros.

Restam 315.000 hectares da área não mecanizada, plantada pelo colono mais pobre. Atribuindo um custo de ... 5.000,00 por hectare (trabalho da família, ferramenta, arrendamento ou valor da terra) teremos a adicionar mais um bilhão e meio de cruzeiros, para chegar ao total de dez bilhões e meio, em cifras redondas.

DIFICULDADES E CONTRADIÇÕES

E' com essa inversão de dez e meio bilhões, parte em capital fixo, parte em movimento, que a triticultura está produzindo na presente safra, só no Rio Grande do Sul, um milhão e cem mil toneladas, no valor de oito bilhões. O custo da produção, em termos capitalistas, como se vê, ainda é muito elevado. E essa análise nos diz que, ao preço de venda estabelecido pelo governo (420,00 por saca), uma parcela da triticultura está perdendo cerca de 5,00 em saca. Não são atingidas as empresas modernizadas, capitalistas. Sofrem os pequenos produtores, assim desangrados. Aquela diferença é levada à conta de salários não pagos e do valor da pequena propriedade ou do arrendamento a preço excessivo, em dinheiro ou em es-

pecie, a terra achando-se neste momento sob uma exagerada valorização artificial.

Uma tal situação obriga à colocação imediata do problema da terra, que precisa ser facilitada ao tricultor, libertando-o da parasitagem do latifundiário. E de medidas para o barateamento de máquinas, tratores, implementos, fertilizantes e inseticidas, seja pelo livre comércio no exterior, seja pelo estímulo à produção nacional.

Não obstante essas dificuldades, há elementos visíveis da reforma agrária, que se vai operando ali em forma incruenta. O tratorista, o operador das combinadas e auto-motrizes, o cosedor de saco, o assalariado agrícola pago com o salário-mínimo, gozando de férias, descanso semanal remunerado, etc., substituem o antigo peão, servo da gleba, que em 1949 tinha a renda média de 3,00 por dia. O cooperativismo ajuda aos pequenos e médios produtores, começa a dar-lhes consciência de sua força.

DRAMA DO LATIFÚNDIO

Está com os dias contados, em seu regime semi-feudal. No Rio Grande do Sul, seu último reduto ainda é a pecuária extensiva, a economia pastoril primitiva. Mas o latifundiário, quando examina sua situação em termos capitalistas, comparando sua renda com a da lavoura mecanizada, que arrosteia cientificamente o solo para conservá-lo e dar-lhe a mais alta produtividade, fica num estado de perplexidade: se as suas vítimas não querem mais sujeitar-se à dominação, seu próprio domínio não poderá subsistir na forma antiga. Vive ainda da ilusão criada pelo gêspenhadeiro inflacionário: a valorização artificial da terra. Sua imensa propriedade vale nominalmente mais, de ano para ano. Mas rende cada vez menos, chega a ser uma aplicação ruinosa, quando a terra, entregue à antiga pastagem, passa a ser considerada como capital.

A lavoura em base capitalista rende vinte vezes mais que a pecuária rudimentar. Em documentado estudo («A operação do trigo», ed. da Livraria Farrapilha Ltda.)

Sr. Paulo S. Schilling, secretário da Associação dos Agricultores de Encruzilhada do Sul, expõe o drama dos latifundiários. A renda média das propriedades rurais naquele município, em 1955, foi de 3,3%. Certas propriedades melhores, exploradas mais racionalmente, tiveram sua renda elevada para 6,5%. Ora, segundo o IBGE, as percentagens de lucros confessados, em 1954, foram as seguintes: bancos, 28,4%; comércio atacadista, 41%; comércio varejista, 28,2%; indústria, 31,1%.

Tem a pecuária riograndense do sul de modificar-se também para subsistir, o mesmo podendo dizer-se de setores agrícolas como o do arroz, do milho, da mandioca, onde ainda predominam em grande parte as relações semi-feudais e a cultura extensiva rudimentar. Sem pastagens e inseminação artificiais, sem melhoria de rebanhos, sem a modernização dos métodos, enfim, a economia pastoril não interessará mais, dentro do pouco tempo.

PROBLEMAS IMEDIATOS

Os tricultores têm a resolver neste momento alguns problemas imediatos. São eles da maior importância, como o preço mínimo, compra da safra pelo governo, estocagem. De sua solução depende o estímulo para o aumento da produção, até chegar à auto-suficiência, com uma produção de dois milhões e duzentas mil toneladas comerciáveis. Dobrada assim a atual produção, o custeio diminuirá muito na lavoura mecanizada. O valor produzido será de dezesseis bilhões de cruzeiros. A poupança de divisas, de cerca de duzentos milhões de dólares.

Pleiteiam do governo federal um preço mínimo compensador. Para não determinar a elevação do preço do pão, o governo deveria adquirir a safra e colocá-la nos moínhos, com uma compensação coberta pelos ágios correspondentes àquela economia de duzentos milhões de dólares, além da diferença obtida com a venda oficial do trigo de importação argentino e uruguaio, protegido com um (Conclui na 5ª página)



A moceiradora Rainha do Trigo de 1949 entre os rios trigais gaúchos.